



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO  
PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA –  
PROFHISTÓRIA**

---



**GISELE DA SILVA CAMPOS**

**FEMINISMOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE JUTI/MS**

**AMAMBAI/MS**

**2022**

**GISELE DA SILVA CAMPOS**

**FEMINISMOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE JUTI/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambai, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Anna Carolina Horstmann Amorim

**AMAMBAI/MS**

**2022**

C212f Campos, Gisele da Silva

Feminismos no ensino de história: perspectivas e desafios na educação básica no município de Juti/MS / Gisele da Silva Campos. – Amambai, MS: UEMS, 2022.

95 p.

Dissertação (Mestrado) – Profhistória – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Anna Carolina Horstmann Amorim

**FEMINISMOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE JUTI/MS**

**GISELE DA SILVA CAMPOS**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ENSINO DE HISTÓRIA

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Anna Carolina Horstmann Amorim  
(Presidente)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Prof.. Dr. Deni Ireneu Alfaro Rubbo  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Soraia Carolina de Mello  
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Amambai, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -  
PROFHISTÓRIA

Para minha amada mãe, Marinosa,  
que viu o sonho de estudar  
realizado em sua filha.

## AGRADECIMENTOS

Na trajetória para concluir este curso de mestrado, pessoas inestimáveis contribuíram para que a finalização do percurso fosse possível, por meio de conversas, de sorrisos e de silêncios, seus gestos deram-me o ânimo para que a empreitada fosse completada, sem a intenção de esquecer de alguém, neste espaço gostaria de agradecer algumas pessoas e instituições:

À minha mãe, Marinosa da Silva Campos, que soube entender os momentos que precisei me ausentar dos finais de semana com a família para desenvolver os trabalhos exigidos pelo curso;

À professora Anna Carolina Horstmann Amorim, que orientou este trabalho, pela sua gentileza e clareza ao elencar as melhorias que o texto precisava, pela sua disposição em sempre ajudar e pela generosidade na fala ao apontar as lacunas a serem preenchidas na dissertação;

Aos meus professores e professoras da UEMS, pelas agradáveis e enriquecedoras aulas ao longo do curso;

Às minhas colegas de turma, Ana Paula Picoli de Lima e Glauce Angélica Mazlom que dividiram as angústias, os infortúnios e as alegrias de concluir esta etapa da vida profissional. As conversas calorosas que tivemos compartilhando as dúvidas e os aprendizados no decorrer de cada aula;

À professora Soraia Carolina de Mello e ao professor Deni Ireneu Alfaro Rubbo pelas valiosas contribuições ao projeto de pesquisa na banca de qualificação;

Aos meus amigos que compreenderam a necessidade do meu refúgio para que a mente trabalhasse;

À equipe da Escola Estadual 31 de Março que colaborou para a realização da pesquisa, fornecendo com rapidez as informações solicitadas e sempre me atendendo com cordialidade;

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil) pela concessão da bolsa durante o período de realização deste mestrado, possibilitando o desenvolvimento dessa pesquisa.

CAMPOS, Gisele da Silva. **Feminismos no ensino de história: perspectivas e desafios na educação básica no município de Juti/MS**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2022.

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar a forma como os feminismos são trabalhados e refletidos no ensino de história na etapa final do Ensino Fundamental, visto que no novo currículo de Mato Grosso do Sul os feminismos enquadram-se dentre as temáticas contemporâneas, integrado aos debates sobre gênero e aos estudos dos protagonismos femininos. Pretendeu-se analisar como os estudantes e docentes concebem o termo feminismo e discutir tais compreensões em sala de aula, pautando-se para isso no desenvolvimento histórico deste movimento. Para realizar esta pesquisa foram utilizados questionários online realizados com as professoras e professores que lecionam História no município de Juti/MS e com os estudantes dos nonos anos da Escola Estadual 31 de março. Por meio desta pesquisa elaborou-se um caderno de atividades no qual compartilhamos os pensamentos e sugestões dos estudantes e docentes juntamente com sugestões de atividades que promovam a equidade de gênero, estimulando a empatia, o respeito e o enfrentamento das desigualdades a partir das aulas de história.

**PALAVRAS-CHAVE:** gênero; feminismo; ensino de História.

CAMPOS, Gisele da Silva. **Feminismos no ensino de história: perspectivas e desafios na educação básica no município de Juti/MS**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2022.

### **ABSTRACT**

This essay aims to analyze the way feminisms are taught and reflected in History teaching in the final stage of elementary school, since in the new curriculum of Mato Grosso do Sul State, feminisms are among the contemporary themes, integrated in debates about gender and the studies of female protagonisms. It was intended to analyze how students and teachers think about the term feminism and how they discuss their understandings in the classroom, based on the historical development of this movement. To carry out this research, online questionnaires were answered by History teachers and ninth grade students of “March 31st State School”, located in Juti, a town in MS. Through this research an activity notebook was created in which we shared the students’ and teachers’ thoughts and opinions and in its pages there are suggestions of activities that promote gender equity, stimulating empathy, respect and the fight against inequities with the support of History classes.

**KEYWORDS:** gender; feminism; history teaching.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>1 CAPÍTULO I: ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMO, PERCURSOS NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS DE 1970.....</b>	<b>10</b>
<b>2 CAPÍTULO II: GÊNERO E FEMINISMO NO ENSINO ESCOLAR DENTRO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA.....</b>	<b>20</b>
<b>3 CAPÍTULO III: PROTAGONISMOS FEMININOS NA BNCC E CURRÍCULO DE REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS .....</b>	<b>30</b>
3.1. Os feminismos nas aulas de História.....	43
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa o estudo das compreensões e percepções de estudantes e professores/as dos nonos anos do ensino fundamental sobre o que são os feminismos e como este pode ser um tema relevante para/no ensino de História<sup>1</sup>. Este tema, aos poucos inserido nas grades curriculares, expressa a necessidade de dialogar sobre conceitos concebidos, perpetuados e transformados no decorrer dos anos e que, muitas vezes, ficaram omissos no ensino institucionalizado, como é o caso do debate sobre as desigualdades de gênero. Deste modo, acreditamos que o ensino de História pode integrá-los em sala de aula de forma que os/as estudantes entendam as problemáticas que envolvem esses temas, desenvolvendo discussões que gerem significados inovadores colaborando para a convivência numa sociedade que preze pela igualdade e pelo respeito.

Desenvolver uma pesquisa que visa pensar os feminismos como tema relevante nas aulas de História direcionou para a tarefa de realizar também um debate sobre gênero, visto que a categoria gênero surge justamente para demonstrar que os papéis desempenhados por mulheres e homens em uma sociedade foram e são construídos historicamente. Os feminismos como movimentos sociais e políticos, ao demonstrarem a historicidade das relações desiguais entre homens e mulheres questionam o determinismo social que prevalece nas relações, onde as mulheres estão designadas a ocupar uma posição inferior aos homens e, portanto, isentas de direitos usufruídos por eles (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

O gênero como categoria de análise histórica tem sido deixado de lado em grande parte das discussões relacionadas ao contexto escolar, apesar de muitos trabalhos discutirem o tema sob a base da História Social, as abordagens recaem principalmente nas relações econômicas e políticas. Todavia, refletir sobre as relações de gênero caracteriza-se como elemento essencial na formação do indivíduo, e em consequência, no processo de desconstrução de modelos estereotipados e do entendimento da diferenciação construída historicamente e hierarquicamente entre masculinidade e feminilidade.

Desde que o termo gênero apareceu como objeto de estudo, ele liga-se aos movimentos sociais, como os movimentos feministas. Estes movimentos reivindicam equidade entre homens e mulheres, defendem a igualdade de direitos, a equiparação salarial, a

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

ampliação de lugares no mercado de trabalho, a liberdade sobre o corpo e outros direitos que apesar de considerados universais são, ainda, usufruídos diferentemente (LOURO, 1995).

Diante do contexto de lutas por equidade, o senso comum acaba limitando os feminismos e os estudos de gênero como pretextos do universo feminino contra o masculino, visto que existe uma naturalização dos comportamentos e ações que cabem às mulheres em contraponto as funções que são tidas como masculinas, fazendo com que as lutas por igualdade sejam vistas como atitudes obsoletas, fomentando discursos e ações que buscam desestabilizar o movimento feminista. Porém, pelos novos diálogos propostos nos estudos sobre o tema e na História, o campo de estudos sobre gênero tem se apresentado como importante ferramenta para análises das posições sociais que foram e são construídas historicamente, sendo assunto de interesse, portanto, de todos (COUTO; CRUZ, 2017).

Desta forma, a escola destaca-se como o ambiente fecundo para trabalhar e discutir este tema, construindo novos paradigmas fundamentados em concepções sociais e acadêmicas que valorizam a igualdade.

Partindo dos trabalhos, pesquisas e debates sobre a categoria gênero e os feminismos como objetos de análise nos estudos voltados para o ensino escolar, podemos pensar como a escola incorpora essas perspectivas. Guacira Lopes Louro, no texto “Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas” dialoga sobre como o gênero pode ser empregado de forma a criar conceitos e identidades, construídos e repassados pelas instâncias sociais e culturais, reproduzidos diariamente como norma: “Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis” (LOURO, 2008, p.22).

No ambiente escolar, altamente marcado por divisões e produções de gênero, observar como os feminismos aparecem e são apropriados pelos/as estudantes, torna-se importante tema para sala de aula, pois colabora para uma educação que reconhece o/a outro/a, que preconiza os/as sujeitos/as históricos/as (sem distinções ou essencialismos fisiológicos hierarquizantes) como influenciadores/as e modificadores/as de seu contexto, ao passo que problematiza também experiências e aprendizados de gênero que são dados e, tantas vezes, naturalizados na própria escola. Afinal, é na escola que observamos vários espaços e ações que subjetivamente transmitem imagens do que concernem às meninas e aos meninos, resultado de um longo processo histórico de formação de identidades.

Avaliando pelo pressuposto que o ensino colabora para o desenvolvimento do indivíduo, realizou-se uma pesquisa com estudantes, professores e professoras dos nonos anos do Ensino Fundamental, da Escola Estadual 31 de março localizada em Juti/MS<sup>2</sup>, com a proposta de compreender o que os/as estudantes que cursaram os nonos anos entre 2020 e 2021 entendem por feminismos. Ao mesmo tempo, analisamos como e se essa temática pode ser abordada em sala de aula na disciplina de História tomando como suporte o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul – Educação Infantil e Ensino Fundamental – documento concluído e disponibilizado aos professores no ano de 2019, norteado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) homologada em dezembro de 2017. A escolha do espaço temporal (entre 2020 e 2021) se dá por corresponder aos anos posteriores em que a BNCC e o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul foram disponibilizados aos/as professores/as em suas versões finais para inserção das propostas em suas práticas pedagógicas. Corresponde deste modo, a um período importante de construções de diálogos, de desafios e de posicionamentos diante de novos assuntos em sala de aula.

A BNCC e o Currículo de Referência de MS trazem para a área de Ciências Humanas temas destaques em seus títulos como o protagonismo feminino, possibilitando aos/as docentes discussões sobre esse movimento social e político nas aulas de História.

Neste trabalho, optamos por estudar as compreensões de estudantes e professores/as a respeito do feminismo e não diretamente abordar suas compreensões a respeito das relações de gênero, pelo entendimento de que os feminismos como movimento social e político, têm ganhado notoriedade e visibilidade entre jovens, especialmente através das mídias sociais, ficando, talvez, a noção e discussões sobre gênero mais restrita aos debates acadêmicos e científicos.

A escolha pelo nono ano do Ensino Fundamental foi definida por um fator principal: idade para debater e refletir sobre temas provocativos que representa uma etapa de transição

---

<sup>2</sup> O município de Juti localiza-se no interior do Estado de Mato Grosso do Sul e conta com uma população estimada de 6787 pessoas, conforme censo de 2010, a taxa de alfabetização está em torno de 93,4 por cento. A Escola Estadual 31 de Março é a única escola da esfera estadual, ofertando o ensino dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O nome foi escolhido por um grupo de professores, devido ser reconhecida no dia 31 de março. Não possui patrono, tem parcerias com a comunidade local e Prefeitura Municipal. A característica socioeconômica da clientela que a escola recebe é variada sendo a maioria de classe média baixa, a maioria dos alunos do período vespertino residem na zona rural próximo ao município.

para certa maturidade onde o desenvolvimento destes temas poderá ser levado com seriedade gerando questionamentos profícuos.

Com base nesta problematização, obtemos um panorama de como o conceito e debate sobre feminismos chega em sala de aula, ou mesmo se tal discussão chega e quais as possibilidades e estratégias que docentes e estudantes colocam em ação para trazer estes debates para dentro das escolas e do ensino de História.

O primeiro capítulo terá um caráter mais teórico e discorrerá sobre o campo de estudos de gênero e feminismos, demonstrando seus percursos no Brasil a partir dos anos de 1970. O segundo capítulo irá trazer para a discussão a relação dos debates sobre gênero e feminismos no ensino escolar dentro da disciplina de História. No terceiro capítulo será feita a análise dos documentos da BNCC e do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul relacionando-os com os dados obtidos das pesquisas online com docentes e discentes e somando a este texto, tem a produção de um caderno de atividades que é arte fundamental do Mestrado Profissional em Ensino de História.

## **CAPÍTULO I**

### **1. ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS, PERCURSOS NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1970**

Feminismo configura-se como um termo comum nos debates e textos acadêmicos, nas rodas de conversa e veiculado em matérias jornalísticas, entretanto, não é em todos os grupos e espaços sociais que ele é aceito e não provoca discussões dissidentes. É necessário que as pessoas conheçam as lutas e conquistas desses movimentos políticos e sociais que agem em prol de uma sociedade não excludente, evitando opiniões influenciadas pelo senso comum e que perpetuam estereótipos.

No Brasil, foi na década de setenta que o feminismo foi ganhando força nos debates acadêmicos, exigindo que suas pautas fossem discutidas e vistas com seriedade, uma vez que, os temas relacionados às mulheres não eram considerados como importantes e notórios pelas universidades, que vale ressaltar, possuíam em sua maioria, homens. É importante lembrar que o feminismo no Brasil, fortalecido a partir de 1970 e consolidado em 1980, cresceu em pleno período militar (1964-1985), momento em que os/as brasileiros/as que discordavam das medidas do governo eram perseguidos/as e muitos temas censurados.

É comum encontrarmos nos textos que versam sobre feminismo o destaque para as três ondas existentes dentro do movimento, destacando a ênfase no século XIX como marcante para a história do movimento, não significando que antes desse período, as lutas não existissem, assim para um melhor entendimento da história das lutas feministas, temos a divisão nas conhecidas “ondas”.

Na primeira onda, iniciada na Europa e Estados Unidos no século XIX, caracterizada pelas conhecidas sufragistas e com predominância de mulheres brancas de classe média e alta, temos as lutas pelo direito ao voto implicando no poder de eleger e serem eleitas, acesso à educação e direitos igualitários políticos, civis e sociais. As leis prejudicavam as mulheres, impedindo-as de frequentar universidades, de trabalhar, receber o mesmo salário que um homem e de ter leis que as protegessem. Carla Cristina Garcia (2015) elenca a contribuição do movimento sufragista para o feminismo, enfatizando duas empreitadas: o uso da palavra “solidariedade” em substituição à “fraternidade”, termo este que remonta à Revolução

Francesa transmitindo uma representação masculina e as novas formas de protestos realizadas pelas feministas, que agitavam o cenário internacional, sem o uso de violência e depredações.

A segunda onda ocorre por volta dos anos de 1960, sendo ligada às lutas pela liberdade sexual e direito sobre os seus corpos. Neste período a pílula anticoncepcional foi testada e aprovada, possibilitando as mulheres controlarem quando poderiam e gostariam de terem filhos, abria-se também o debate em torno do direito ao aborto.

Na terceira onda, anos de 1980 e início do século XXI, há a consolidação dos estudos das mulheres. O estabelecimento de ONGs que apoiam as causas feministas, universidades que trabalham com a história das relações de gênero e novas pautas passam a ser discutidas nos eventos de mulheres, como o racismo e o preconceito de classe. Na história do movimento percebemos:

Feministas assumidas ou não, as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização. De certo modo, o passado já não nos dizia e precisava ser re-interrogado a partir de novos olhares e problematizações, através de outras categorias interpretativas, criadas fora da estrutura falocêntrica especular (RAGO, 1998, p.13).

No decorrer deste capítulo, iremos abordar os feminismos como filosofia política e movimento social atrelado a categoria gênero, porque os estudos de gênero colaboram para desconstruir e demonstrar que os papéis desempenhados por homens e mulheres foram e são construídos historicamente. Os diferentes feminismos que configuram o movimento social feminista através do seu engajamento político questionam esse determinismo social que prevalece nas relações, onde as mulheres foram colocadas em uma posição abaixo dos homens em todos os campos que regem a vida em sociedade, na política, na educação, na vida sexual, na cultural e na economia.

Quando se fala em feminismos e debates sobre gênero, estamos combatendo os pensamentos disformes sustentados ao longo dos anos que conduziram à inferiorização das mulheres. O que se busca é desmontar a visão, tantas vezes naturalizada, que hierarquiza os gêneros, dando às mulheres posições desvalorizadas e aos homens posições privilegiadas apenas por serem homens. Não se está contra os homens, mas contra esse estatuto social vigente que produz desigualdade, exclusão e violências, como Joan Wallach Scott expõe “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre

os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1991, p.21).

A autora aponta que “gênero” como categoria de análise veio confrontar o sentido biológico determinado pelo uso da palavra sexo, trazendo para as discussões questionamentos voltados para as construções sociais que definem e diferenciam as características do que é masculino e feminino. Por ser um conceito subjetivo devemos refletir sobre os símbolos existentes em nossa sociedade que delimitam os espaços e as práticas de homens e mulheres trazendo à tona as percepções de que o poder político teve papel fundamental para legitimar a posição na vida social (SCOTT, 1991).

Scott traz para o debate quatro elementos que podem apresentar-se em conjunto para uma definição de gênero: 1. Os símbolos que remetem a imagem do feminino de inocência à mãe, trazendo como exemplo a figura de Maria, mulher imaculada; 2. Ideias produzidas e difundidas para normatizar esses símbolos tornando-os dominantes nos grupos, como a expressão “mulher, anjo do lar”; 3. A inclusão política que leva a representação binária dos gêneros devendo ser questionada pelo fato de parecer imutável e, por último, a identidade subjetiva do termo gênero (SCOTT, 1991, p. 21).

Os estudos de gênero, ao mesmo tempo em que provocaram receio quanto a sua definição e amplitude significativa, abriram portas para a inserção de novos temas dentro da história das mulheres, provocando uma reavaliação do que já havia sido escrito sobre os sujeitos da história e suas consequentes omissões da representação feminina nas sociedades. Os estudos de gênero são recentes, contam do final do século XX, analisado como um estudo das relações sociais e não exposto nas abordagens como uma demanda do grupo de mulheres. Os debates e estudos sobre o gênero ligam-se às trajetórias dos movimentos sociais com cunho político que trabalham pelo desenvolvimento da igualdade e respeito, dentre eles, o movimento feminista. Para os feminismos as discussões em torno do “gênero” foram empregadas para questionar a subordinação das mulheres:

A história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Os (as) historiadores (as) feministas estão atualmente em condições de teorizar as suas práticas e de desenvolver o gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 1991, p. 19).

Seguindo este pensamento, Joana Maria Pedro (2005) em “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica” demonstra que as relações entre homens e mulheres



não são produzidas naturalmente e sim impostas/aprendidas, portanto passíveis de transformações e mudanças. Contribuindo para uma definição ou esclarecimento do termo a autora pontua:

Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua, lhes atribuem gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra “gênero” no lugar de “sexo”. Buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura (PEDRO, 2005, p. 78).

Segundo Pedro (2005) a categoria “gênero” foi criada na segunda onda do movimento feminista, após 1945, onde aparecem as lutas pelo direito ao prazer, a capacidade de decidir sobre o seu corpo e as lutas contra o patriarcado. No entanto, a palavra gênero não foi utilizada no período, e sim, a categoria mulher em oposição à universalidade no uso da palavra homem, o movimento reivindicava mudanças específicas em prol da mulher e as discussões voltavam-se para a questão da submissão feminina em diferentes sociedades. A representatividade feminina passou a ser exigida, assuntos específicos sobre as mulheres como querer e ter filhos, a violência doméstica, o direito de escolha sem necessitar da permissão de uma figura masculina, eram lançadas nos grupos de reflexão e, que apesar de possuírem reivindicações diferentes, uma questão permanecia equivalente entre as mulheres independente da sociedade em qual estava: a submissão feminina. Eis, o ponto de semelhança diante de suas particularidades.

A escrita dos eventos históricos evidenciando os feitos masculinos corroborou para omitir as mulheres dos processos de mudanças e permanências, retratando que a diferença sexual fisiológica convergia com a social. Dessa forma, o uso da categoria de análise gênero dentro da História possibilitou que pesquisadores observassem e escrevessem em seus textos como que as relações entre homens e mulheres produziram o gênero, assim sendo, uma construção passível de modificação.

Carla Bassanezi Pinsky (2009) também observa que o termo gênero vincula-se à cultura mediante as diferenças sexuais que edificaram as representações de masculino e feminino, essas colocações não somente enriqueceram o termo como categoria de análise como conduzem a percepção de historicidade nessas representações:

Gênero remete à cultura, aponta para a construção social das diferenças sexuais, diz respeito às classificações sociais de masculino e de feminino. A partir dessa visão aparentemente consensual do conceito de gênero, o termo foi empregado de diferentes maneiras pelos historiadores. Os Estudos de Gênero entraram na História. Nesse debut, herdaram muitos dos pressupostos, preocupações e metodologias de pesquisa da já atuante História das Mulheres, mas também reformularam ou contestaram vários outros. Uma das formas, talvez a mais interessante, de adoção do termo é seu emprego como categoria de análise. Nesse sentido, uma das propostas da História preocupadas com gênero é entender a importância, os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos (PINSKY, 2009, p. 162).

A preocupação em abordar as representações femininas nos textos históricos trouxe como consequência os questionamentos em torno do gênero, trazendo perguntas direcionadas à predominância da figura masculina nos eventos considerados marcantes para a história geral, quais critérios prevaleciam nos escritos que excluía as mulheres como sujeitos/as históricos/as, como as ideias da inferioridade feminina foram impregnadas em diferentes sociedades, entre outros questionamentos que colaboravam para o desenvolvimento dos estudos de gênero. Dessa forma, a categoria de análise “gênero” propicia que variados elementos relacionados às experiências do feminino e masculino sejam analisados com o intuito de descrever e constatar como as diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais são manifestadas por meio do gênero, seja de forma objetiva como concretizadas nas hierarquias sociais, nos papéis determinados na maternidade e paternidade, nas profissões estereotipadas, ou de forma subjetiva, nos discursos históricos, nas relações e experiências efetuadas no coletivo (PINSKY, 2009).

Marlise Matos (2008) faz uma discussão epistemológica demonstrando como gênero se articulou com a trajetória feminista no Brasil, tornando-o um conceito. Segundo a autora, já não se discutia a necessidade de fixá-lo como objeto de estudos metodológicos com um caráter emancipatório, que se contrapõe a matriz ocidental europeia de um mundo patriarcal branco e masculino, porque a partir do século XX a pluralidade dos grupos sociais considerados minorias no campo científico e acadêmico foi posta em cena, questionando a omissão, a perseguição e a exclusão dos distintos universos sociais. Todavia, observamos com as transformações sociais e o avanço de agendas conservadoras ao redor do mundo, que novamente é preciso defender a importância de pesquisas e debates sobre gênero e feminismos, haja vista o sistemático ataque que tal campo vem sofrendo na esfera política e também acadêmica:

Entendemos agora que todas as relações entre humanos e entre estes e as instituições (tal como o Estado) são para sempre relações atravessadas pelo poder, inclusive o poder de se re-construir. Eminentemente políticas, portanto, tais relações estabelecidas destacam o papel crucial da atuação feminina, seja como mulheres, seja como feministas, na promoção e manutenção de uma nova ciência emancipatória e de novo desenvolvimento sustentável baseado nesse conhecimento e nessa ciência (e não apesar delas). Desmistificar, portanto, a “neutralidade” da ciência seria tão importante quanto denunciar a atuação supostamente “neutra” do Estado/governo brasileiro (e também de qualquer Estado), e estas são conquistas que vêm sendo empreendidas pelo campo de gênero e feminista. Os governos têm sistematicamente adotado políticas que têm sim, efetivamente, o poder de interferir direta e imediatamente na vida das pessoas (e em especial das mulheres), mas que, nem sempre, infelizmente, essas ‘intenções’ estão claramente apresentadas (MATOS, 2008, p. 353).

Em seu artigo “Por que Estudos Feministas são importantes?” Soraia Carolina de Mello (2019) aponta a importância dos movimentos sociais em suas ações individuais e coletivas, na luta por políticas públicas que objetivam a igualdade de gênero: “na ponta dos processos, no final das contas, é para isso que servem os estudos feministas, para transformar e salvar vidas, para erradicar escandalosas e históricas injustiças sociais” (MELLO, 2019, n.p.) e mais, quando os/as sujeitos/as que eram objetos de análise passam a produzir conhecimento fomentam a produção científica e os estudos feministas, favorecendo que os trabalhos produzidos sobre e por mulheres sejam ricos e complexos quanto os estudos realizados por e sobre os homens.

Essa é a importância em se questionar uma história que não contemplou todos os/as sujeitos/as produtores/as de conhecimento, é somente a partir do momento que esses/essas sujeitos/as ocultos/as começaram a questionar as suas posições como agentes transformadores/as e produtores/as da sua realidade que notamos o quanto é necessário a organização em coletivos para articulações que direcionam para ações que deem visibilidade a eles.

A análise da categoria “gênero” na História trouxe e traz importantes contribuições e aumenta as possibilidades de pesquisa para historiadoras e historiadores. Se a História foi concebida como registros da passagem do ser humano em diferentes épocas, deve-se questionar qual o lugar das mulheres nestas narrativas escritas tradicionalmente pelos homens. Omitidas por muito tempo, porém sujeitas históricas que determinaram condições e realizações nas sociedades, as mulheres, tantas vezes esquecidas e apagadas das narrativas oficiais devido aos lugares que lhes foram estabelecidos, estavam e estão a todo tempo presentes na História.

Historiadora reconhecida no campo de História das mulheres, Michelle Perrot (2019) em sua obra *Minha história das mulheres* salienta que os grupos vivem juntos os grandes acontecimentos, as rupturas do tempo; no entanto esta vivência ocorre no mesmo processo temporal, porém de forma diferente, em razão da condição imposta socialmente no período vivido. Assim é que mulheres e homens têm experiências sociais distintas, para contornar essa diferença, muitas vezes apresentada como desigualdade, o direito à instrução e ao saber, não prioritariamente o institucionalizado, são elementos elencados pela autora que garantiriam/garantem a emancipação das mulheres.

Em *As mulheres ou os silêncios da história*, Perrot (2005) narra a ausência da figura feminina em espaços públicos, enfatizando que as mulheres eram mais imaginadas do que descritas e quando isso ocorria era em situações que as ridicularizavam, como, por exemplo, mencionadas nos arquivos públicos quando perturbavam a ordem, Perrot também relata que muitas mulheres devido ao pudor imposto pela família e depois pelo marido, procuravam não deixar relatos de seu cotidiano: “Por pudor, mas também por autodesvalorização, elas interiorizavam, de certa forma, o silêncio que as envolvia” (PERROT, 2015, p.13). Estes estudos colaboram para mostrar a necessidade de dar visibilidade às mulheres como construtoras da sociedade, independentes e determinadas, não como sujeitos/as secundários/as dos fatos da História. Seguindo este pensamento, Ana Maria Colling pontua:

A história das mulheres é uma história recente, porque desde o século XIX, quando a História se transforma em uma disciplina científica, o lugar da mulher dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Na década de 60, as mulheres quiseram contar a sua história, olharam para trás e viram que não tinham nenhuma. Não existiam, eram somente uma representação do olhar masculino. Os homens a contavam. Por isso, falar do feminino é falar das representações que esconderam esse feminino ao longo da História (COLLING, 2004. p. 31).

Estudando os feminismos no Brasil, sua ascensão na década de 70 pode ser considerada como consequência do contexto da ditadura militar (1964-1985), onde as mulheres agiram e reagiram às regressões nos direitos civis que o governo determinava. Questionava-se a posição da mulher no casamento, as possibilidades no mercado de trabalho em um país que se modernizava, a sexualidade e outras questões. Verifica-se neste período que temas como o aborto eram evitados de serem discutidos publicamente, concentrando-se em grupos de debates privados, isso porque o movimento feminista possuía vínculo com a Igreja Católica que representava importante instituição propagadora de ideias e favorecia a

movimentação de membros da resistência: “A atuação da Igreja, no que se refere à perspectiva feminista, sempre teve limites claros, prevalecendo a rigidez de princípios morais, ainda que a atuação cotidiana nas comunidades de base pudessem comportar alguma flexibilidade” (SARTI, 2001, p. 38).

Em 1975, data significativa para o movimento, a ONU (Organização das Nações Unidas) instituiu o Ano Internacional da Mulher, trazendo para o mundo a importância do debate das condições das mulheres internacionalmente. Embora em seu início a resistência ao regime militar foi preponderante, o movimento foi ampliando-se nas ideias e questões subjetivas sobre as mulheres, como as limitações impostas por doutrinas religiosas, por leis elaboradas por homens e costumes enraizados numa sociedade patriarcal (SARTI, 2001).

A partir de 1980, com a abertura política gradual, as exiladas políticas retornavam ao país carregadas das ideias feministas propagadas na Europa e Estados Unidos, o movimento feminista brasileiro se consolidava e adquiria espaços públicos para debates. As mulheres passaram a participar de sindicatos e de ONGs (Organizações não governamentais) conquistando junto às políticas públicas direitos ligados à proteção e à saúde das mulheres.

Ganham crescimento no país os coletivos autônomos de mulheres, trazendo pautas existentes dentro dos feminismos que adquirem maior notoriedade depois do ano de 2000, onde os conflitos dentro do movimento são manifestados principalmente pelos grupos de mulheres negras e lésbicas. Esses desdobramentos trazem o uso do feminismo no plural, incorporando as várias diferenças de representação feminina por meio da categoria interseccionalidade. Sobre isso destaca-se:

Interseccionalidade é uma categoria de análise reconhecida como uma das mais importantes contribuições do pensamento feminista para o pensamento social. É fruto de intensos debates políticos e intelectuais no âmbito dos feminismos que se desdobram a partir das críticas de feministas negras, nos anos 1970, à estabilidade homogeneizante da categoria **mulher**, enfatizando as articulações com raça, classe e sexualidade, entre outras diferenças sociais (CARMO; FACCHINI; LIMA, 2020, p. 12).

Dessa forma, dentro do movimento feminista surgem levantamentos que questionam a representatividade dos diferentes grupos inseridos nas lutas em prol dos direitos das mulheres, considerando os contextos sociais e as experiências, ampliando, dessa forma, a agenda de debates do movimento, trazendo questões como o racismo, a homofobia e a visibilidade lésbica (CARMO; FACCHINI; LIMA, 2020). Com a diversificação social dentro do

movimento feminista, surgem novas perspectivas conforme a condição específica de cada grupo de mulheres:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição leva esses sujeitos a assumir, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, na essência, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades (CARNEIRO, 2019, p. 274).

O feminismo não comporta mais uma proposta universalista, visto que as mulheres se identificam e se reúnem diante das semelhanças e proximidades de suas experiências, dessa forma uma reivindicação conquistada pode não afetar a condição social e econômica de todas. Por exemplo, as mulheres brancas usufruíram do sistema de ensino superior primeiro do que as mulheres negras, no mercado de trabalho as chances para as mulheres negras são menores do que para as brancas, e assim temos outras exemplificações, que demonstram que os feminismos vêm da exigência em reconhecer as desigualdades existentes entre os vários grupos de mulheres.

As redes sociais são colaboradoras para transmitir as manifestações desses variados grupos dentro dos movimentos feministas. Se antes as articulações concentravam-se em torno das instituições políticas, hoje vemos ações promovidas pelo ciberativismo, utilizando os meios eletrônicos, os/as defensores/as dos feminismos fazem circular as ideias e as adversidades a serem superadas, visando à aquisição de direitos relacionados às necessidades de cada grupo que integra os diferentes feminismos, como por exemplos, dentro do feminismo lésbico a união homoafetiva e do feminismo negro, o antirracismo.

Nesse sentido, com as reivindicações desses grupos, observamos importantes avanços nas políticas de promoção da cidadania, tendo leis aprovadas, as quais destacamos: Lei Maria da Penha (2006), a lei que tipifica o feminicídio como crime de homicídio (2015), a democratização do acesso ao Ensino Superior com o Programa Universidade para Todos (Prouni/2004), a Lei de Cotas (2015), o reconhecimento das uniões homoafetivas (2013) e a criação de políticas que inseriram na formação de professores/as temas relacionados ao gênero e diversidade sexual.

Uma das características dos feminismos atuais que se convencionou chamar de “rolê feminista” mostra as transformações dentro do movimento diante dos/as variados/as sujeitos/as e atuações, sobre essa expressão temos:

O rolê inclui jovens que se apresentam a partir de uma série de adjetivações, acionada contingencialmente- feministas autônomas, feministas lésbicas, feministas libertárias, anarcafeministas, feministas veganas, feminista punks, feminismo gordo, feminismo faça você mesma, entre outras -, e que buscam distanciar-se de agentes cujas práticas e discursos são percebidos como autoritários – termo geralmente mobilizado para fazer alusão a militantes de gerações anteriores, com atuação próxima a partidos políticos, instituições e sindicatos. Orientado pela autonomia e o faça você mesma como pedagogia política, o rolê tem como estratégia a ocupação da rua, das redes e do corpo, a partir de experimentações coletivas que jogam com as fronteiras entre o público-privado e a relação espaço-tempo (CARMO; FACCHINI; LIMA, 2020, p. 10).

Tem-se desenvolvido muitos trabalhos sobre os feminismos e seus desdobramentos (negro, indígena, islâmico, ecofeminismo), com suas particularidades almejam propósitos comuns: visibilidade, respeito, reconhecimento dentro de sociedades que por muito tempo foram excludentes. Temos que nos libertar do discurso predominante que os feminismos são movimentos obsoletos e defender que esses feminismos garantiram e garantem às mulheres inúmeras conquistas, promovendo uma sociedade com menos desigualdade de direitos. A luta não deve cessar.

## CAPÍTULO II

### 2. GÊNERO E FEMINISMOS NO ENSINO ESCOLAR DENTRO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

Pesquisar e escrever sobre feminismos com o olhar voltado para contexto educacional aparece como um desafio para o campo da História, observando os trabalhos produzidos sobre feminismos, boa parte volta-se para o campo da economia e privilegia discussões pautadas nas relações sociais de trabalho. Assim, preocupar-se com o tema das relações de gênero na escola tornou-se um objeto de estudo profícuo e cheio de possibilidades:

Ao refletir sobre Gênero e o ensino de História temos um campo em ebulição, em que um discurso conservador fomenta o discurso de ódio e a violência. Nesse momento em que impedir a discussão de temas afeitos aos estudos de gênero, sexualidade e família que se relacionam diretamente com os marcadores sociais das diferenças, as lutas por igualdade, não discriminação e o acesso a cidadania para homens e mulheres, se torna um debate presente na mídia e na esfera legislativa, fica evidente que vivenciamos tempos de retrocessos no campo da educação, que visa principalmente o respeito a pluralidade, a diversidade e tem o pensamento crítico como uma de suas diretrizes (NICHINIG, 2019, p. 45-46).

Os estudos sobre gênero e feminismos no ambiente escolar vem confrontar a predominância de um currículo marcadamente masculino e ainda com vertentes eurocêntricas. A inserção destes temas na grade curricular contempla a necessidade de corrigir a ausência do protagonismo feminino nos livros didáticos e, igualmente, combater preconceitos sociais que se voltam aos feminismos, provocados por conteúdos conservadores e sensacionalistas difundidos amplamente nas mídias sociais e reforçados por instituições como o Estado, a Igreja e a Família.

Essa perpetuação de paradigmas convencionais calcados na divisão hierárquica de mulheres e homens deve ser discutido e repensado nas relações cotidianas, sendo o espaço escolar o lugar mais frutífero, com uma variedade social e cultural que exige o debate de assuntos relacionados às diferenças individuais (e sociais), para assim colocar na prática a fadiga da igualdade diante das diversidades, que a educação preconiza. Todos os indivíduos que percorrem os corredores das escolas têm características singulares e é neste ambiente que esses aspectos individuais entram em confronto diante do convívio social. A transformação da escola em um espaço no qual essas singularidades são vistas como escolhas e não como



influências passageiras ou fases, proporciona a segurança e liberdade para os/as estudantes expressarem-se sem receios de serem julgados/as e vistos/as como exóticos/as ou estranhos/as. Muitas vezes no ambiente familiar o/a estudante não se sente acolhido/a e seguro/a para dialogar sobre suas escolhas, medos e incertezas, e a escola acaba se transformando no local em que encontra o amparo que necessita.

Feminismos e gênero hoje são temas contemporâneos no currículo de estudos, porém passaram-se décadas para que essas palavras se tornassem conteúdos desenvolvidos no ensino regular brasileiro. Sendo conjunto de ideias que causam polêmica/tensão, (considerando os fatores religiosos presentes nas doutrinas que defendem uma submissão feminina, o impedimento de conversar sobre assuntos taxados como subversivos nas escolas, questões políticas que não priorizam os direitos das minorias desincentivando as lutas em prol de políticas mais igualitárias e o pensamento machista enraizado em nossa sociedade que perpetua as separações hierárquicas do que é masculino e feminino), observa-se a necessidade de um preparo por parte do/da docente para iniciar uma abordagem com os/as estudantes sobre tais assuntos, visto que é preciso considerar o contexto social e familiar que refletem os valores adquiridos no privado e reproduzidos em sociedade e também na escola:

Há necessidade de investimento na formação de educadores sensíveis à questão de gênero nos cursos de formação inicial e em continuidade pois pesquisas mostram que ainda a questão de gênero é invisível aos olhos dos educadores e das educadoras, apesar de constar das políticas educacionais. A escola cumpre o papel de reforçadora de estereótipos e papéis específicos para ambos os sexos, o que contribui para a desigualdade de gênero (BRABO, 2008, p. 163).

Refletir sobre o percurso da história dos estudos de gênero dentro das universidades e como essas discussões são realizadas nas aulas do ensino regular da educação básica torna-se uma missão para os/as professores no intuito de uma educação que desenvolva o reconhecimento das diferenças. Para isso se efetivar é indispensável que os feminismos sejam debatidos nos espaços públicos, onde se gera críticas, trocam-se opiniões e desenvolvem-se estratégias de abordagens em sala de aula. É fundamental que as universidades tenham a liberdade para realizar estes debates com ética e respeito, sendo um espaço de novas ideias, de novos questionamentos e elaboração de novos conhecimentos que sejam acessíveis para os professores da educação básica:

Se a escola pública, tanto estadual quanto municipal, tiver como objetivo formar realmente para a cidadania plena, ativa, estará revendo seu papel e empreendendo esforços para a transformação. Visará a formação política para meninas e meninos, funcionários, professores/as, pais e mães, para a comunidade em geral. Sabemos que a transformação na direção da igualdade, respeitando as diferenças, não se dá naturalmente. Se atualmente, outros modelos de masculino e feminino estão sendo gestados é porque os movimentos feministas e de educadores questionaram as discriminações de gênero e porque as mulheres foram às ruas, reivindicaram e conquistaram direitos. Nesse processo, a atuação de educadores e educadoras é fundamental. Se continuar o círculo vicioso que não se rompe na escola, do não vivenciar da cidadania e de não ser adotada a perspectiva de gênero, provavelmente, estaremos inaugurando um novo coronelismo ou um patriarcalismo do século XXI, que sutilmente discrimina, que provoca e reforça a desigualdade sob o manto da democracia (BRABO, 2008, p. 164).

Inserir tal temática em sala de aula exige do/da profissional empatia, discernimento e apropriação do assunto para que a reflexão entre os/as adolescentes aconteça sem preconceitos, priorizando o respeito aos direitos e as diferenças existentes entre homens e mulheres. Maria Amélia de Almeida Teles (1999) defende em seu livro *Breve história do feminismo no Brasil* o caráter humanista que o feminismo preconiza, buscando a liberdade para homens e mulheres por meio da desmitificação do determinismo biológico.

Uma das implicações no debate sobre feminismos concentra-se na problemática que se criou do termo, uma visão pejorativa que trouxe para a defesa dos direitos das mulheres uma visão de anti-homem, transformando a palavra em um alerta para quem desconhece seu real significado, transformando-os em pautas passageiras de um grupo específico. Cabe aqui uma importante colocação:

Precisamos, cada vez mais e sempre, de homens feministas, homens que sejam capazes de se colocar e de desconstruir posições tradicionais atinentes ao gênero masculino e às ciências construídas sobre bases “neutras” e “ocidentais” para nos ajudar a reinventar vínculos mais simétricos, emancipatórios e democráticos num campo de interação permanente de gênero e no campo de uma ciência renovada na multiculturalidade emancipatória (MATOS, 2008, p.354).

Joana Maria Pedro (2005) indaga como a História, sem uma visão crítica das relações de gênero, vem formulando e reafirmando posicionamentos sobre gênero em seus debates e abordagens perpetuando a identidade binária dos sexos criticada por Scott (1991) e se a disciplina não poderia estar defendendo a desigualdade entre os gêneros e a

heteronormatividade<sup>3</sup> refletindo sobre quais implicações o Estado como organização política e social acarreta para o desenvolvimento destas narrativas, assim defende que:

Ao observarmos, como profissionais de História, as práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, os jornais, a literatura, enfim, os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos escrevendo uma história que questiona “verdades” sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente (PEDRO, 2005, p.92).

Acrescentando a esta perspectiva, os estudos voltados ao campo gênero e feminismos fazem avançar o empoderamento das mulheres, concebidas como sujeitas e transformadoras do seu tempo, trazendo reflexões além do aporte político e econômico, mas também uma visão questionadora sobre os valores morais, subjetivos e culturais que conduzem a sociedade a não mais conceberem as mulheres como minoria no sentido de vislumbrarem a conquista de direitos humanos.

Nesse sentido, os feminismos vêm para suscitar a reflexão sobre as relações que homens e mulheres vivem em sociedade e como essas interações devem ser igualitárias em todas as áreas, não somente na esfera econômica, como bell hooks aborda em seu livro *O feminismo é para todo mundo* (2019), trazendo em uma linguagem simples e didática a importância do debate do assunto entre homens e mulheres. bell hooks enfatiza que a literatura infantil é um elemento decisivo para a educação feminista e para a conscientização crítica, porque corresponde ao momento da etapa educacional que identidades e crenças estão em formação. É fundamental esclarecer que a masculinidade não se relaciona a dominar o outro, e sim, está ligada a autoestima e ao autoperdão, sentimentos que devem ser fomentados na formação da identidade das crianças “se a teoria feminista tivesse oferecido visões mais libertadoras de masculinidade, teria sido impossível para qualquer pessoa dispensar o movimento com a justificativa de ser anti-homem” (hooks, 2019, p.106).

Descaracterizar as imagens negativas perpassadas durante anos sobre os feminismos é outro embate que se desdobra no percurso do ensino deste tema; concepções relacionadas ao radicalismo, à orientação sexual, ao desvio do que é visto como moral e correto colaboraram para que o movimento feminista e toda trajetória de lutas e conquistas fossem e continuem

---

<sup>3</sup> Heteronormatividade, explicando de forma simples, refere-se a ordem sexual e social em que todas as pessoas são criadas para serem heterossexuais, ou assumir esta postura na sociedade.

sendo vistas como perturbantes e que desviam as pessoas do que é, ao ver de muitos, natural e correto:

Muitas mulheres relutam em aderir ao feminismo porque não se sentem seguras quanto ao significado do termo. Mulheres de grupos étnicos explorados e oprimidos às vezes descartam o termo porque não querem ser vistas como apoiadoras de um movimento racista; o feminismo geralmente é associado à luta das mulheres brancas por direitos. Muitas mulheres consideram o feminismo sinônimo de lesbianidade; por serem homofóbicas, evitam se vincular a qualquer grupo identificado como pró-lésbicas. Algumas mulheres temem a palavra “feminismo” porque não querem se identificar com nenhum movimento político, especialmente aqueles vistos como radicais (hooks, 2019, p. 55).

Assim, torna-se imprescindível um trabalho no ambiente escolar, para desfigurar essa caracterização dos feminismos, fazendo com que meninas e meninos compreendam-no como um movimento de legitimação da representatividade das mulheres e também para combater uma educação machista, que instiga comportamentos preconceituosos e até mesmo violentos, exigindo posturas e escolhas que direcionam para ações de exclusão e intolerância.

Combatendo as formas de opressão refletidas por uma educação sexista, os feminismos agregam estratégias de enfrentamento as discriminações estabelecidas no convívio social contribuindo para desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres. A relevância social nos estudos de gênero e feminismos concentra-se na compreensão de que a submissão feminina e a dominação masculina não são condições naturais e sim criadas e mantidas pelas sociedades:

A dimensão da diversidade (gênero, raça, orientação sexual, dentre outras) permite-nos verificar que as mulheres estão inseridas num contexto de desigualdade que, determinado por relações sociais historicamente construídas, coloca-as em situações de subordinação e opressão, advindas seja por se apropriarem historicamente de menos poder do que os homens; seja por seu pertencimento a uma classe dominada, alheia à riqueza socialmente produzida ou, seja, ainda, por pertencer a uma raça/etnia historicamente oprimida. Acrescente-se, ainda, a orientação sexual que implica outro recorte na caracterização das formas de opressão e de violação de direitos (SANTOS; OLIVEIRA, 2010 p. 13).

A definição dos espaços masculinos e femininos também são elementos contribuidores para a perpetuação das desigualdades, pois ao demarcar o espaço privado, no caso o ambiente doméstico como feminino, contrapondo-se ao espaço público, o mercado de trabalho como masculino, reforça o modelo de divisão social que aumenta as disparidades de direitos de homens e mulheres.

A sociedade brasileira formada numa base patriarcal onde o homem é colocado como provedor do lar e a mulher como a mantenedora do bem-estar do marido e dos filhos transmitiu durante tempo para as gerações posteriores, uma educação carregada de falas e atitudes machistas que acabam sendo reproduzidas com naturalidade, sem questionar o porquê de tais divisões por gênero. Podemos iniciar com um exemplo no ambiente familiar, as tarefas de limpeza da casa destinada às filhas e para os filhos colaborar para cortar a grama (vista como uma atividade que exige força e, portanto, masculina), na escola quando a professora promove a confraternização de sala, comum as meninas ficarem encarregadas de trazerem bolos e salgados e os meninos as bebidas e, ao longo de nossa trajetória vivenciamos essas separações. Hoje nos corrigimos e nos cuidamos para não dizermos expressões sexistas como, “Você é um menino não pode chorar” ou “Comporte-se como uma menina”, visto que não existem atributos e ações específicas de um gênero.

No ambiente escolar os ideais coletivos sobre como deveríamos ser começam a aparecer como demandas e até mesmo como imposições muitas vezes de uma forma muito violenta como é abordado por Richard Miskolci (2017). Prega-se muito a palavra tolerância, mas esta se liga a atitude de suportar o outro; devemos sim, aprender a reconhecer criando a ideia de recebimento, de consideração e de empatia com o outro:

Na vida social, mas, sobretudo na escola, aprendemos as formas coletivamente esperadas de ser por meio da perseguição às maneiras de agir e ser rejeitadas socialmente. [...] Em um episódio de violência há aquele que é atacado injustamente, o que ataca fazendo valer uma norma social e quem testemunha a cena. Frequentemente, quem assiste não consegue agir e tende a ver na violência um alerta para aceitar a norma, caso não queira se tornar a próxima vítima (MISKOLCI, 2017, p.35).

Propor o debate sobre gênero e feminismos no ambiente escolar é mais do que uma abordagem teórico-metodológica, exige um posicionamento político, como afirma Guacira Lopes Louro (2014). Tal autora aponta os desafios para professores/as em enfrentar uma educação que durante anos omitiu e ainda omite discussões direcionadas à gênero e sexualidade, entendendo que “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder” (LOURO, 2014, p. 45). A escola separa, distingue e diferencia os indivíduos, observamos que a escola absorve para seu interior o que está explícito na sociedade como algo natural: gestos, vestimentas, comportamentos ditados como adequados passam como elementos naturais e não como fatores culturais. Devemos duvidar e questionar o que nos é colocado ou percebemos como natural, como divisões em filas, brincadeiras e brinquedos

separados por sexos, atividades físicas designadas para meninos e outras para meninas, ações corriqueiras dentro do espaço escolar. Classificar como “normal” uma menina ser tranquila e o menino ser agitado, se o oposto acontecer, já considerar como preocupante, como um desvio comportamental. Esses pensamentos, que certamente passam pela nossa imaginação, são frutos de uma educação que perpetua aspectos distintivos entre os sexos e que na formação dos/as professores/as pouco se vêm discutindo.

Os cursos de formação de/a professores/as precisam ter em sua grade curricular, disciplinas que abordem questões de gênero e feminismos, para que esses novos profissionais quando forem para dentro de uma escola tenham um subsídio pedagógico frente ao que enfrentarão, pois não é somente o fator de abordar temas considerados novos, mas também tem uma lista de elementos que podem dificultar o seu trabalho, como a discordância de pais, a resistência de colegas professores/as e a direção escolar que para evitar problemas com responsáveis e alunos/as, muitas vezes, tomam atitudes para evitar complicações e solicitam para o/a docente não abordar esses assuntos em sala de aula. Diante de situações assim, é que novamente enfatizamos, a necessidade de implantação dessas disciplinas na formação de professores/as, não de forma superficial como vem ocorrendo, e sim de maneira constante e contínua, pois gênero e feminismos são temas consolidados na educação, portanto não podem ser evitados dentro e fora da escola. Os entraves para o desenvolvimento e respaldo destes estudos, iniciam nas universidades, onde:

Os núcleos e grupos de estudos dedicados às questões de gênero, raça e sexualidade, que vêm há anos lutando por reconhecimento nas universidades e escolas, são uma prova eloquente das dificuldades e dos entraves que vivem os/as estudiosos/as, ainda hoje, *entre seus/suas colegas*, para terem seus projetos de disciplina ou de pesquisa admitidos e aprovados, para conseguirem salas apropriadas de reunião, acesso a financiamentos de eventos ou de investigações, acolhida para indicações de compra de livros, vídeos, etc. Enfim, quase todos esses grupos experimentaram e alguns continuam experimentando várias formas de guetização e de desvalorização acadêmica (LOURO, 2014, p. 131).

O/A professor/a deve estar atento/a a sua linguagem dentro de um ambiente no qual, mesmo que de forma impensada, pode reproduzir o sexismo e alimentar a ideia de diferença entre meninos e meninas. Por exemplo, ao propor atividades simples em sala de aula na qual reúne grupos de meninas que são colocados contra grupos de meninos ou nas brincadeiras infantis que os meninos perseguem as garotas, estão presentes as marcas do sexismo e das pedagogias de gênero. Estes são pequenos exemplos que Guacira Lopes Louro apresenta e que fazem-nos refletir como a escola atua nessa separação desde a educação infantil,

“fabricando sujeitos” e ditando comportamentos. Se os/as professores/as tem a noção e disposição de questionar essa postura que reforça mais a desigualdade do que a equivalência entre os/as sujeitos/as podemos interferir nessa elevação da desigualdade dentro do ambiente escolar:

Para que possamos pensar em qualquer estratégia de intervenção é necessário, sem dúvida, reconhecer as formas de instituição e desigualdades sociais. A sensibilidade e a disposição para se lançar a tal tarefa são indispensáveis, mas as teorizações, as pesquisas e os ensaios provenientes dos Estudos Feministas (...) podem se tornar elementos muito importantes para afinar o olhar, estimular inquietações, provocar questões (LOURO, 2014, p. 90).

Questionar e observar são duas atitudes propostas pela autora diante do contexto de desigualdade que o/a professor/a vivencia, essas práticas colaboram para o desenvolvimento da sensibilidade, acrescida de informação, estudos e disposição política. Exercer a docência para colaborar com o processo educacional que está em constante transformação exige pautar-se nas discussões que estão à tona e nas suas experiências coletivas e individuais. Gradativamente, inserir atividades que diferenciem das utilizadas comumente marcadas com sexismo como introduzir “novas formas de dividir os grupos para os jogos ou para os trabalhos; promovendo discussões sobre as representações encontradas nos livros didáticos ou nos jornais, revistas e filmes consumidos pelos estudantes” (LOURO, 2014, p. 128) são pequenos passos que todo/a professor/a pode dar, por exemplo.

Sair de temas confortáveis e consolidados tornou os feminismos objetos de estudos em contínua mudança e ação, desafiando professores/as e estudantes a refletirem sobre a construção histórica hegemônica masculina. Nesse sentido, devemos analisar o currículo de História na construção de identidades, atentos/as que as pressões políticas interferem na elaboração do que deve ser estudado e aprendido pelos/as estudantes. Dentre as dificuldades existentes para o desenvolvimento de reflexões de gênero e feminismos no ambiente escolar podemos considerar:

Primeiro, não basta introduzir novos temas nos currículos multiculturais, se na prática, nas relações cotidianas se promove a exclusão através de brincadeiras, jogos ou formas de avaliação. Segundo, deve-se reconhecer que o professor não opera no vazio. Existem outros espaços educativos atuando nas concepções dos alunos como, por exemplo, a televisão, os quadrinhos ou os acontecimentos cotidianos. E terceiro, a perspectiva do ensino temático e multicultural deve vir acompanhada de uma mudança na formação dos professores: postura crítica e reflexiva, cultivo à tolerância e respeito à diversidade e às diferenças (ZARBATO, 2015, p. 57).

O/A professor/a não atua como um banco de conhecimentos que irá repassar seus saberes para outros, e sim é o resultado de uma constante de experiências, práticas e estudos adquiridos e formados em seus cursos de graduação, estudos posteriores e na troca cotidiana em sala de aula e também na sala dos/as professores/as. Todo seu conhecimento está continuamente sofrendo alterações, por meio da inserção de novos diálogos, novos questionamentos e provocações.

A história é constituída por sujeitos/as, mulheres e homens, que no decorrer dos séculos agiram e transformaram as suas sociedades, essa história não pode deixar de lado o conhecimento e ações desenvolvidas pelas mulheres. Como a disciplina História trabalha com as permanências e mudanças provocadas nas sociedades, e debates sobre gênero e feminismos estão dentro destas transformações, torna-se essencial que as aulas de História contemplem estas abordagens.

As mudanças nem sempre são compreendidas e vistas como desejáveis e viáveis pelo professorado. Certamente, em muitos casos, a ausência de recursos e de apoio, a formação precária, bem como as desfavoráveis condições de trabalho constituem fortes obstáculos para que as preocupações com a cultura e com a pluralidade culturais, presentes hoje em muitas propostas curriculares oficiais (alternativas ou não) venham a se materializar no cotidiano escolar (COUTO; CRUZ, 2017, p. 252).

Ao longo de quatorze anos trabalhando na educação básica como professora de História, observei que os temas gênero e feminismos não são discutidos entre professores/as e alunos/as. Existe um receio de se posicionar perante essas questões, muitos professores/as temem que pais compareçam à escola reclamando que seus filhos/as estão aprendendo assuntos impróprios, inadequados ou simplesmente consideram essas temáticas desnecessárias, ainda que presentes no currículo.

Trabalhar com estas questões nas aulas de História, contribui para que os estudantes percebam as modificações que vem ocorrendo nos títulos inclusos nos livros didáticos, percebam como as mulheres estão adquirindo visibilidade nas narrativas históricas e compreendam que não existe um sujeito único e universal produtor de conhecimento. A história é construída pelas experiências vividas entre mulheres e homens e a escola é um local privilegiado para inserir estas questões referentes à condição feminina, as atribuições que se colocam para o masculino e o feminino, colaborando para desconstruir padrões concebidos como naturais/normais.



O ensino de História levanta questionamentos que forçam professores/as e estudantes a analisarem se os discursos atuais priorizam todos os/as sujeitos/as ativos/as, o porquê da sistemática ausência dos temas relacionados às mulheres e as suas relações em sociedade. A partir de problematizações o/a professor/a dialoga com os/as estudantes relacionando suas experiências e vivências com o objeto de estudo, colaborando para a percepção que as diferenças sociais e culturais que hoje vemos e repassamos como naturais, foram/são construídas em uma perspectiva histórica, hierarquizando e provocando desigualdades.

Pensar e desenvolver os feminismos em sala de aula direciona para a formação de uma sociedade e uma escola democrática, onde as diferenças não se tornam desigualdades. Desenvolver essas temáticas no ensino de História não é simplesmente descrever os acontecimentos que as mulheres estiveram presentes, mas sim reconhecer os processos que excluíram estas mulheres das narrativas, este é um grande desafio: “o professor de história é responsável pela sua seleção, pelo seu recorte, pela sua elaboração e até pelo seu silenciamento. A história não implica apenas lembrar, mas também produzir o esquecimento” (COLLING; TEDESCHI, 2015, p. 302).

Assim, o/a professor/a é responsável por evidenciar nas aulas sujeitos/as históricos/as que foram omissos/as, confrontando o ocultamento histórico. Se os feminismos não estão presentes nos livros didáticos, cabe ao/a professor/a selecionar os materiais para introduzir o diálogo com os/as estudantes. Selecionar dentro do currículo, a participação feminina na história, as mudanças nos padrões de comportamentos, o respeito às diferenças são caminhos para articular nas aulas os feminismos, colaborando para que estudantes compreendam que as mulheres participaram/participam dos acontecimentos descritos na história e que hoje os/as historiadores/as preocupam-se em dar essa visibilidade em seus textos.

Dessa forma, a definição de História eternizada pelo historiador Marc Bloch como a ciência que estuda o homem e sua ação no tempo, sofre um acréscimo de sujeito/as que sempre estiveram presentes, porém não relatadas como agentes históricas. A História é a ciência que estuda as ações no tempo realizadas por homens e mulheres. Novos questionamentos, novos estudos e o reconhecimento de novos sujeitos/as nas narrativas.

## **CAPÍTULO III**

### **3. PROTAGONISMOS FEMININOS NA BNCC E CURRÍCULO DE REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS**

O texto da BNCC que orienta os currículos de estudos no Brasil tem uma trajetória de grandes mudanças desde o projeto até a sua versão final. Previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN seu objetivo é que a educação seja ofertada no território brasileiro de forma igualitária e possua os conteúdos mínimos para uma formação geral básica, valorizando os caracteres regionais e contemplando temas considerados essenciais para a formação de uma cidadania plena.

No ano de 2010 na Conferência Nacional de Educação (CONAE) a elaboração de uma base nacional foi uma das pautas colocada no relatório final: “indicação das bases epistemológicas que garantam a configuração de um currículo que contemple, ao mesmo tempo, uma base nacional demandada pelo sistema nacional de educação e as especificidades regionais e locais” (CONAE, 2010, p.38). Em 2015 foi disponibilizada a primeira versão da BNCC, a segunda em 2016 e a versão final em 2017.

Para a elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular foi criado um Comitê de Assesores e Especialistas dos Estados e do Distrito Federal, por meio da Portaria n. 592, de 17 de junho de 2015. Neste comitê havia representantes de diferentes hierarquias da educação: professores/as universitários/as, docentes da educação básica e técnicos/as das secretarias de educação que tiveram como responsabilidade a redação dos textos preliminares da base, organizando-os e reunindo-os em um portal para a consulta pública. Este documento esteve disponível para acesso de estudantes, pais, professores/as, associações e sociedade em geral, no período de setembro de 2015 e março de 2016 (BNCC, 2015, p. 28).

A primeira versão da BNCC reflete sobre aspectos importantes para o ensino nos anos finais do fundamental<sup>4</sup> colocando que as práticas pedagógicas devem levar em conta os

---

<sup>4</sup> Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) a educação básica é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação infantil ofertada em creches ou entidades equivalentes é direcionada para crianças de até 3 anos de idade e nas pré-escolas para crianças de 4 à 5 anos de idade. O ensino fundamental, dividido em anos iniciais e anos finais tem a duração de nove anos, iniciando-se aos 6 anos de idade, sendo os anos iniciais do primeiro até o quinto ano e os anos finais do sexto ao nono ano.

interesses da faixa etária em questão, vinculando as aprendizagens dos componentes curriculares com o desenvolvimento social e afetivo dos/as estudantes. O documento reuniu direitos e objetivos de aprendizagens das seguintes áreas de conhecimentos: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática. Esses conhecimentos compreendem a base comum que é acrescida da parte diversificada<sup>5</sup>, construídos em consonância e de acordo com a realidade de cada escola, atendendo a cultura local e a forma de organização de cada sistema educacional.

A conexão entre os componentes curriculares foi realizada por meio de temas integradores, estes temas interligam-se às experiências dos/as sujeitos/as em seu contexto pessoal e na forma como estes se relacionam com outros/as sujeitos/as na construção de suas identidades, formando uma posição crítica e ética diante do mundo (BNCC, 2015). Os temas integradores nesta primeira versão correspondiam à consumo e educação financeira, ética, direitos humanos e cidadania, sustentabilidade, tecnologias digitais e culturas africanas e indígenas.

A área de Ciências Humanas, nesta primeira versão, enfatiza o ser humano como o protagonista de sua existência, carregando o pressuposto dos estudos das ações dos indivíduos e suas implicações em seu tempo, que outrora podem ser passageiras ou duradouras. Nos anos finais do Ensino Fundamental essa área reúne conhecimentos que conduzirão os/as estudantes a refletirem sobre as suas experiências individuais e coletivas e como suas posturas e escolhas interferem em seu convívio social. Os objetivos da área de Ciências Humanas traz uma proposta político-social, onde os temas estudados priorizam a formação do indivíduo cidadão, a sua formação política, a valorização do trabalho e suas contribuições para o coletivo, o respeito às diferenças, a ética, entre outras abordagens, devendo ser desenvolvidos conforme a faixa etária: “Para isso, é necessária uma clara demarcação da progressão contínua e articulada do conhecimento em cada etapa, nível e modalidade da Educação Básica, relacionando sua herança cognitiva e conceitual com a preocupação na formação integral reflexiva cidadã” (BNCC, 2015, p. 238).

---

<sup>5</sup> A parte diversificada corresponde aos conteúdos complementares acrescidos nos currículos conforme as instituições, redes e sistemas de ensino enriquecendo e complementando a Base Comum ao incorporar conteúdos que desenvolvem as características locais e regionais. Por exemplo, dentro do Currículo de Mato Grosso do Sul, na unidade temática “O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até metade do século XX” foi adicionado o estudo das “Comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul- cultura afro-brasileira, resistência e luta contra a discriminação” ( Currículo,2019, p.733).

A História é componente curricular obrigatório dentro da área de Ciências Humanas e seus objetivos estão direcionados para colaborar na formação de um indivíduo consciente e ético, que saiba respeitar as diferenças étnico-culturais e as singularidades pessoais, utilizando a liberdade de expressão para promover o reconhecimento dos diversos sujeitos e contribuindo para uma sociedade democrática como preconiza a constituição. Nos anos finais o estudo concentra-se na História do Brasil, visto que:

A opção pela ênfase na História do Brasil sustenta-se em quatro fundamentos. Em primeiro lugar, por oferecer um saber significativo para crianças, jovens e adultos, pois conhecer a trajetória histórica brasileira é conhecer a própria trajetória. Em segundo lugar, o reconhecimento de que o saber histórico deve fomentar a curiosidade científica e a familiarização com outras formas de raciocínio, a partir do acesso a processos e à problemas relacionados à constituição e à conformação do Brasil, como país e como nação. Em terceiro lugar, o reconhecimento de que tal opção faculta o acesso às fontes, aos documentos, aos monumentos e ao conhecimento historiográfico. Por fim, a consideração de que a História do Brasil deve ser compreendida a partir de perspectivas locais, regionais, nacional e global e para a construção e para a manutenção de uma sociedade democrática (BNCC, 2015, p. 244).

Nesta versão preliminar do texto base, cada ano do Ensino Fundamental possui um enfoque predominante, para as séries iniciais (primeiro ao quinto ano) a proposta é trabalhar com as noções históricas de tempo compreendendo de forma contínua os processos históricos que ficam mais complexos, usando a História do Brasil como referência para a construção desses conhecimentos. Para as séries finais (sexto ao nono anos) constam as análises dos processos históricos objetivando que os estudantes desenvolvam habilidades para a identificação de fontes bibliográficas e documentais, o reconhecimento de conflitos e tensões sociais como resultantes das diversidades de interesses e a comunicação para expor os resultados de suas pesquisas sobre os conflitos e tensões no Brasil do século XX. Desse modo, encontramos na primeira versão da BNCC os enfoques elencados em forma de temas para cada ano do Ensino Fundamental, sendo: 1º ano Sujeitos e Grupos sociais, 2º ano Grupos Sociais e Comunidades, 3º ano Comunidades e Outros Lugares de Vivência, 4º ano Outros Lugares de Vivência e Relações Sociais, 5º ano Mundos Brasileiros, 6º ano Representações, sentidos e significados do tempo histórico, 7º ano Processos e sujeitos, 8º e 9º anos Análise de processos históricos (BNCC, 2015).

Nas representações do tempo, o século XX é a prioridade para os estudos no nono ano, elencando as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no país e refletidas pelas transformações globais. Neste ponto do texto, cabe destacar três conceitos ligados à nossa

pesquisa que o texto evidencia: conhecer e compreender a Constituição de 1988 como resultado de demandas da sociedade civil organizada, por meio do estudo do Movimento Negro, dos movimentos indígenas e dos movimentos das mulheres e de movimentos de ampliação de direitos de crianças e adolescentes (CHHI9FOA139)<sup>6</sup>, conceituar historicamente a participação política no Brasil contemporâneo, estabelecendo nexos com as lutas pela participação política e pela ampliação dos direitos políticos e sociais ao longo do século XX (CHHI9FOA141) e conceituar historicamente os processos de ampliação da noção de cidadania, no Brasil contemporâneo, relacionando-os às transformações sociais e econômicas ocorridas no século XX (CHHI9FOA144).

Estes três objetivos de aprendizagem demonstram a preocupação em evidenciar os grupos minoritários que não apareciam nas discussões, por meio do contexto político e social de promulgação da Constituição de 1988 que trouxe em seu texto importantes direitos civis que antes eram privilégios de poucos. Esses objetivos visam traçar um panorama de lutas, reivindicações e conquistas desses grupos por representatividade.

A segunda versão do texto da base, disponibilizada no ano de 2016, traz em suas páginas introdutórias a importância dos movimentos sociais para a construção de uma sociedade justa e igualitária, na defesa do respeito e na consideração às diferenças de cada sujeito/a, o desenvolvimento das aprendizagens deve orientar-se nestes pressupostos para a concretização de um ensino que alcance a todos de forma não discriminatória:

Nesse sentido, para que a inclusão social se efetive, é fundamental a incorporação, aos documentos curriculares, de narrativas dos grupos historicamente excluídos, de modo que se contemple, nas políticas públicas educacionais, a diversidade humana, social, cultural, econômica da sociedade brasileira, tendo em vista a superação de discriminações (BNCC, 2016, p. 27).

Ao longo do texto encontramos vários temas ligados ao reconhecimento das diferenças e valorização das singularidades dos/as sujeitos/as bem como estudos dos processos históricos que ocasionaram a formação de grupos excluídos pela sociedade, suas causas e formas de superar e diminuir o abismo social existente em nossa sociedade. Nos anos finais do Ensino Fundamental encontramos quatro eixos de formação que articulam o currículo em cada ano de

---

<sup>6</sup> No código (CHHI9FOA139) CH refere-se a área de conhecimento Ciências Humanas, HI componente curricular História, 9F nono ano do Ensino Fundamental, OA objetivo de aprendizagem e 139 a ordem do objetivo.

ensino, sendo eles: letramentos e capacidade de aprender, leitura do mundo natural e social, ética e pensamento crítico e solidariedade e sociabilidade (BNCC, 2016).

Os temas especiais estão vinculados aos eixos, trazendo a proposta de abordagens referentes ao contexto social dos/as estudantes e à formação de identidades. Esses temas inseriram mudanças nos currículos e acrescentaram ao ensino assuntos importantes do cotidiano que não eram discutidos no espaço escolar, como a Lei nº 11. 645/2008 que trouxe a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena, por exemplo. Dentre os temas especiais, têm-se Direitos Humanos e cidadania, trazendo para os planejamentos de ensino a abertura de discutir a desigualdade social do país e as incessantes lutas para a promoção de uma sociedade com mais equiparidade:

A resolução n 1/2012 do CNE estabelece que a educação em direitos humanos é um dos eixos do direito à educação, na medida em que se relaciona a concepções e práticas educativas fundadas nos direitos humanos e seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana de sujeitos de direito e de responsabilidades individuais e coletivas (BNCC, 2016, p.51).

Tratar de assuntos vinculados aos Direitos Humanos colabora para desenvolver nos/as estudantes a empatia e confrontar o forte apelo das mídias sociais em disseminar a individualidade e o consumismo desenfreado, influenciando a indiferença perante os problemas sociais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)<sup>7</sup> enfatiza em seu texto que todos os seres humanos, independente, da raça, cor, sexo, religião, língua, opinião política ou de outra natureza, possui direitos e liberdades, nascendo livres e iguais em dignidade e em direitos. No entanto, sabemos que a as liberdades e os direitos não foram garantidos a todas as pessoas mesmo com leis que estabelecem a igualdade de todos/as. A sociedade discrimina e exclui grupos pelo sexo, pela cor, pela riqueza e, por isso devemos sempre buscar os fundamentos dos Direitos Humanos e fazê-los valer na prática, pois homens e mulheres ainda estão em níveis diferentes de garantias de conquistas e direitos. Se analisarmos cada esfera que rege as relações sociais, teremos exemplos concretos que comprovam as desigualdades: na cor, mulheres negras que são discriminadas tendo menos acesso aos estudos e a bons salários, quanto ao gênero, mulheres que recebem menos que homens mesmo tendo grau de estudo similar ou superior, e assim os exemplos aumentam

---

<sup>7</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada em Paris em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, três anos após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Elaborada por representantes de diferentes regiões do mundo o documento traz trinta artigos que estabelecem os direitos de proteção a cada indivíduo, servindo de referência para formular diversas constituições no mundo.

quanto pontuamos a liberdade sexual, o acesso aos cargos de chefia, a quantidade de mulheres na política.

Cláudia Regina Pinto Silva (2021) em seu trabalho “O ensino de história e a educação em direitos humanos: uma prática interdisciplinar do 6º ao 9º na educação básica” contribui para destacar a relevância da temática enfatizando que o ensino de História deve desenvolver por meio da educação em Direitos Humanos diálogos que versam sobre as diversidades, diferenças e desigualdades sociais que se presenciam na escola, apropriando-se de saberes e práticas pedagógicas que suscitem o respeito e a empatia. O espaço escolar, como ambiente onde diferentes sujeitos/as se interagem, pode se transformar em palco de conflitos e de violência, diante da não-aceitação das diferenças, cabendo assim ao/a professor/a, mais especificamente o/a professor/a de História a função de mediador de conflitos e de interlocutor de uma educação em Direitos Humanos (SILVA, 2021). Dessa forma, a escola desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes ao considerar suas vivências familiares e interações com outras pessoas no processo educativo, desenvolvendo assim um trabalho articulado com as diversas realidades sociais que convergem no espaço escolar.

O texto da BNCC de 2015 separa os objetivos de aprendizagem em duas dimensões, convém destacar às ligadas ao objeto de pesquisa deste trabalho. Assim, nos conhecimentos históricos temos a habilidade EF09HI17 que versa sobre o conhecimento da Carta dos Direitos Humanos e sua colaboração para o reconhecimento dos direitos das minorias, na linguagem e procedimentos de pesquisa, e a EF09HI29 que se refere a analisar mudanças e permanências manifestadas pela globalização na sociedade brasileira. Comparada à versão anterior, os objetivos de aprendizagem para o nono ano tratam mais de assuntos e conflitos internacionais, deixando a abordagem da realidade brasileira em segundo plano (BNCC, 2015).

A versão final da BNCC trouxe em suas primeiras páginas as dez competências gerais da Educação Básica, competência “definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2018, p. 10). O estabelecimento dessas competências traz a afirmação do comprometimento que a educação tem para a construção de uma sociedade mais justa e comprometida com a melhoria social de todos, preocupando-se com o desenvolvimento

afetivo e cognitivo no intuito de uma educação integral que contemple a sensibilidade e a empatia para se colocar no lugar do outro.

Na área de Ciências Humanas enfatiza-se a aprendizagem voltada para concepções éticas, visando que os/as estudantes adquiram valores de respeito aos Direitos Humanos, ao ambiente e a coletividade, fortalecendo valores sociais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum. O Ensino Fundamental nos anos finais traz em sua grade de conteúdos temas que aprofundam os conhecimentos sobre os diferentes grupos humanos, trazendo o desafio de questionamentos e reflexões baseados nos movimentos sociais e direitos civis (BNCC, 2018). Dentre as competências específicas da área de Ciências Humanas vinculadas ao nosso objeto de pesquisa, destacamos:

Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.

Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BNCC, 2018, p. 359).

O texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) <sup>8</sup> quando trata da disciplina de História, traz a importância em se trabalhar com os/as diferentes sujeitos/as históricos/as no ambiente escolar, valorizando a pluralidade, a diversidade, as diferenças e o contexto de crianças e jovens. O desenvolvimento do saber ocorre por meio do conhecimento do Eu, do Outro e do Nós, “indivíduos produzem saberes que os tornam mais aptos para enfrentar situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação” (BNCC, 2018). A comunicação é o instrumento primordial no processo de ensino para que ocorra o respeito e o reconhecimento das distinções que cada estudante apresenta, o que vincula-se a sensibilidade enfatizada por Guacira Lopes Louro quando escreve sobre as diferenças construídas no espaço escolar refletindo sobre a importância de observar, ver, ouvir e reconhecer o outro como integrante de um todo, exercitando nas práticas cotidianas transformações nos comportamentos que priorizem o convívio de sujeitos/as diferentes em um ambiente que valorize e respeite a

---

<sup>8</sup> A Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, homologada em 20 de dezembro de 2017, define o que todos os estudantes têm direito/devem aprender e foi referência para a (re)elaboração dos currículos em todas as redes de ensino do país.



pluralidade (LOURO, 2014). Nesse sentido umas das competências do ensino de História para o Ensino Fundamental consiste em: “Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BNCC, 2018).

O texto da BNCC enfatiza o protagonismo do/da jovem estudante, em relacionar no estudo de História, o passado e o presente, vinculando às suas experiências, participando e contribuindo para a formação de uma sociedade justa e igualitária (BNCC, 2018). Para o nono ano a Base Nacional Comum Curricular direciona para as unidades temáticas e objetos de conhecimento que abordam assuntos da presente pesquisa, destacamos do documento duas temáticas: 1. O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX e 2. A Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946, tendo como objetos de conhecimento: a) Anarquismo e protagonismo feminino, b) A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos e c) os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira (BNCC, 2018). As habilidades ligadas a essas temáticas são: EF09HI09: Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação dos movimentos sociais; EF09HI16: Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação; EF09HI20: Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar; EF09HI24: Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos; EF09HI26: Discutir e analisar as causas da violência contra as populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres, etc.) com vistas a tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas; EF09HI36: Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência. Assim, o ensino de História no nono ano enfoca o Brasil republicano, permitindo a abordagem de temas atuais como gênero e feminismos e as transformações na sociedade brasileira que evidenciaram a necessidade de conhecer e compreender os novos grupos sociais e suas aspirações.

Seguindo a BNCC, o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, disponibilizado em sua versão online em 2019, enfatiza a importância de uma educação integral voltada para o desenvolvimento pleno do indivíduo alicerçado em valores e conhecimentos que resultem em atitudes éticas e responsáveis que colaborem para o convívio em sociedade. Além dos conteúdos abrangidos no território nacional, o documento também traz as especificidades locais e temas contemporâneos para serem trabalhados de forma transversal incorporando-os com a realidade de cada município. Referente as habilidades, destacamos as EF09HI26<sup>9</sup> : Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988; e EF09HI27: Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo; essas habilidades destacam as transformações surgidas no Brasil após a Constituição de 1988 permitindo analisar, “as populações marginalizadas”, dentre elas, as mulheres, “com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas” (BNCC, p.431).

As mudanças na maneira de ver, sentir e pensar o mundo exigem transformações nas formas de ensino que possibilitem aos estudantes trilharem o melhor trajeto na busca de atender seus anseios e aspirações. Dessa forma, como já consta tanto na BNCC como no Currículo, consideramos que os professores precisam repensar suas práticas pedagógicas e estimular o protagonismo estudantil, tendo como foco a aprendizagem de forma integral.

Assim como a BNCC, o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul traz em seus tópicos a Educação em Direitos Humanos dentre os temas contemporâneos<sup>10</sup>, observando que

---

<sup>9</sup> Dentro do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul cada área do conhecimento estabelece competências específicas de área, cujo desenvolvimento deve ser promovido ao longo dos nove anos. As competências específicas possibilitam a articulação entre as áreas. Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas (BNCC, 2018, p.28).

<sup>10</sup> São quatorze temas contemporâneos presentes no Currículo de Referência de MS: O Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui a obrigatoriedade desta temática nos currículos oficiais das redes de ensino), Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Lei n. 11.525, de 25 de setembro de 2007, que acrescenta o § 5º ao Art. 32 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do Ensino Fundamental), Educação em Direitos Humanos (a Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012), Educação Ambiental (Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 explicita que a Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal), Educação para o Trânsito (Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, estabelece que a Educação para o Trânsito seja promovida na pré-escola e nas escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio), Educação Alimentar e Nutricional (Lei n. 13.666, de 16 de maio de 2018 inseriu essa temática na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN), Educação Fiscal, Educação Financeira (Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF), Saúde, Sexualidade e Gênero, Vida Familiar e Social,

pode ser inserido de forma específica nos componentes curriculares, interdisciplinar ou transversalmente. Os temas contemporâneos mostram a necessidade de dialogar sobre os novos grupos sociais e suas demandas, entendendo que a sociedade em constante transformação exige da educação institucionalizada mudanças em suas bases orientativas que promovam a valorização e o respeito à vida, incorporando em seus saberes as particularidades regionais e locais para atender as complexidades das relações que envolvem os/as estudantes. A importância da Educação em Direitos Humanos no currículo de referência demonstra como é necessário que o ensino conduza os/as estudantes a pensarem e lutarem por uma sociedade com igualdade e justiça. O currículo também traz de forma sucinta a abordagem sobre sexualidade e gênero, conduzindo professores/as a refletirem como os contatos externos com os familiares, colegas e pessoas fora do convívio escolar são elementos importantes de análise para a compreensão da forma que crianças e adolescentes concebem a sexualidade e gênero:

A sexualidade deve ser pauta durante todo o processo de desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e jovens dentro do espaço escolar, no viés da saúde e compreensão do funcionamento do corpo. Além disso, a cultura, os saberes e a educação que as crianças, os adolescentes e jovens recebem da família e dos outros espaços sociais fornecem elementos para a compreensão das questões de sexualidade e gênero (Currículo de Referência de MS, 2019, p.43).

Quando o Currículo expõe que a sexualidade deve ser trabalhada na perspectiva da saúde, cabe uma importante colocação, no sentido de demonstrar e focar que o campo sociocultural também é área de debate sobre a sexualidade. Muito além das exposições e orientações a respeito do desenvolvimento físico dos corpos, dos métodos de higiene, dos procedimentos de prevenção de gravidez e de doenças, o debate sobre a sexualidade necessita voltar-se para reflexões consideradas mais complexas e tensas no âmbito escolar, como a orientação sexual, esta a qual representa um “calo no pé” de muitas famílias que se recusam a ter essa conversa no ambiente da casa e também rejeitam que esse assunto seja refletido nos espaços educativos, como os escolares. Em consonância com este pensamento, Araci Asinelli-Luz e Nilson Dinis defendem:

---

Respeito, Valorização e Direitos dos Idosos (Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003), Conscientização, Prevenção e Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), (A Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying) em todo território nacional), Cultura sul-mato-grossense e diversidade cultural (Parecer CEE/MS n. 235/2006), Superação de Discriminações e Preconceitos como Racismo, Sexismo, Homofobia e Outros e Cultura Digital (Deliberação CEE/MS n. 10.814, de 10 de março de 2016).

Um trabalho de educação sexual significa problematizar a sexualidade, não no sentido de encará-la como problema a ser resolvido, mas de questionar as evidências, apresentar um leque de conhecimentos para que a sexualidade seja compreendida com um aspecto predominantemente histórico-cultural, e para que os discursos normativos que regem as construções de nossas imagens do masculino e do feminino, bem como as diversas imagens de ter prazer com o próprio corpo e/ ou com o corpo do/a outro/a sejam desconstruídos, permitindo novas vivências acerca da sexualidade (DINIS; LUZ, 2007, p. 06).

Nas escolas, o desenvolvimento de trabalhos voltados para debates sobre a sexualidade depende em grande parte de políticas públicas que cobrem dos currículos estas discussões, investimentos na formação de docentes e na elaboração de materiais didáticos que enfoquem estas questões. Ações isoladas não garantem aos professores/as a segurança para abordar assuntos relacionados aos estudos de gênero no ambiente escolar, tendo em vista o conservadorismo presente na sociedade e a ausência de informações e orientações que tragam suporte na geração de diálogos profícuos, nesse sentido Rogério Diniz Junqueira salienta a importância de elaborar materiais que subsidiem o trabalho docente, visto que:

Docentes dificilmente poderão saber ou se sentirem seguros a lidar com a temática sem que sejam amparados por um arsenal mais amplo, consistente e articulado, fornecido por políticas específicas. No âmbito delas, diretrizes e livros didáticos podem figurar como uns dos componentes centrais, mas não independente de processos formativos e de reflexão acerca dos significados e das possibilidades desta educação. Uma educação pensada e constantemente reinventada segundo uma lógica criativa e insurgente, voltada a afinar olhares, estimular inquietações, promover sensibilidades, ensejar anticonformismos, desestabilizar doutrinas, atenta a possíveis mecanismos de opressão que o próprio enfrentamento possa a vir produzir (JUNQUEIRA, 2013, p. 170).

Seguindo este pensamento, vemos que a educação escolar necessita combater condutas que inferiorizam os indivíduos, que tentam normalizar posturas, ridicularizar comportamentos ditos como errados, é preciso incorporar uma educação que reconheça o pluralismo existente nas escolas, que mostre em seus ensinamentos que as diferenças entre os estudantes são elementos enriquecedores. Ao incluir sujeitos/as antes deixados ausentes ou ocultos no espaço escolar, colabora-se para a desconstrução de estereótipos e de preconceitos que alimentam a exclusão e os preconceitos. A socialização pressupõe a tarefa de reconhecer o outro em suas diferenças e singularidades,

O ensino de História articula-se com o pensamento proposto no Currículo de MS, considerando ser a ciência que trabalha com as variadas transformações do ser humano na sociedade, comprometendo-se com o desenvolvimento de um ensino que direcione os/as estudantes a refletirem sobre a ética, o respeito e as diferenças sociais, econômicas e culturais

que estratificam a sociedade formando as desigualdades sociais. O ensino de História, conforme consta no próprio Currículo de Referência de MS, possibilita a reflexão sobre o outro:

Sujeitos questionadores estarão aptos a compreender as relações de produção e poder e as transformações de si mesmo e do mundo. Essa compreensão, por sua vez, terá relevância imprescindível para demarcação de posição ética e valorização da diversidade cultural, reconhecimento quanto à necessidade de atuar na redução das desigualdades sociais e ampla conquista dos direitos humanos. Trata-se de um projeto ambicioso que, para ser consolidado, dependerá da formação de sujeitos autônomos, comprometidos e imbuídos de intencionalidades (Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, 2019, p.648).

Dessa forma, o currículo instiga o desenvolvimento de um debate sobre gênero e protagonismos dos feminismos<sup>11</sup> quando realça o teor contemporâneo destes temas enfatizando a articulação de uma proposta didática que demonstre valores questionáveis em nossa sociedade que reforçaram e ainda reforçam o machismo e a subserviência feminina, além de conduzir aos questionamentos sobre o enfrentamento de violências e de preconceitos. O estudante poderá analisar “questões voltadas à diversidades e identidades, superando as concepções uniformizadoras de identidade e cultura, que ocultam diferenças sociais e étnicas” (Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, 2019, p. 796).

A inserção na grade curricular destes temas torna-se importante objeto para análise mediante a persistente pouca abordagem da discussão no contexto escolar. Os livros didáticos de História evidenciam pequenos verbetes sobre as conquistas das mulheres, no entanto existe uma ausência de discussões importantes sobre o desenvolvimento dos feminismos como movimento social e de engajamento político. Essa ausência da representatividade feminina nos conteúdos dos livros didáticos corrobora com que as autoras Ana Maria Marques e Ana Carolina do Nascimento Albuquerque falam quando pontuam que os textos descrevem as mulheres como figuras exclusivas dos lares, segundo as autoras “a invisibilidade das mulheres

---

<sup>11</sup> No Currículo de Referência de MS encontramos a habilidade MSEF09HI09.s.12 (Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais) vinculada ao objeto de conhecimento Anarquismo e protagonismo feminino. Dentre as ações didáticas propostas para o desenvolvimento destas temáticas o documento explica que o anarquismo e a luta das mulheres por direitos são fenômenos historicamente distintos, porém, ambos acabaram se ligando quando mulheres militantes anarquistas se colocaram contra a posição subalterna feminina frente aos homens, entendendo que a libertação da mulher era intrínseca à destruição do Estado, do sistema capitalista, do patriarcado, das classes e da burguesia. Além disso, traz a discussão para o gênero quando explicita que a questão de igualdade de gênero merece atenção nesta habilidade pelo seu teor contemporâneo e a perversidade histórica que sempre reforçou o machismo e o preconceito, em nome da manutenção de valores questionáveis (2019, p. 777).

foi produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o verdadeiro universo da mulher” (ALBURQUERQUE; MARQUES, 2020, p.131). Nesse sentido, destacamos a relevância de apontar a presença e possibilidade de que estes debates invadam as escolas a partir de sua presença na BNCC e no Currículo de Referência de MS, basta, portanto, que docentes encarnem a tarefa de promover tais reflexões e construir, em seu dia a dia de ensino, aulas e propostas de ensino e aprendizado enredadas nesses temas. O gênero e os feminismos só deixarão de serem temas considerados polêmicos quando trabalhados rotineiramente no ambiente escolar e não de forma pontual, como o caso do Dia Internacional da Mulher comemorado no dia 8 de março, momento em que professores/as se mobilizam para contar a história que fomentou a criação da data e exemplificar algumas conquistas de direitos pelas mulheres. Se existem documentos normativos da educação que respaldam que estes temas sejam desenvolvidos com os estudantes, devemos questionar os motivos que levam às ausências destes debates nos espaços escolares.

A estrutura da educação que ainda reflete um ensino tradicional e conservador coloca-se como uma realidade difícil para professores/as transporem, afinal, são vários elementos que aparecem como barreiras para a efetivação de uma educação que promova o reconhecimento de todos/as os/as sujeitos/as de direitos que ocupam este espaço, ainda idealizado como lugar de construção de saberes que colaboram para a formação de pessoas éticas, empáticas e com responsabilidade de agir frente às injustiças sociais. Famílias que perpetuam uma educação ainda separada por atividades para meninos e meninas, a escola que delimita comportamentos e atividades conforme o sexo, as falas de professores/as que reproduzem e reforçam condutas ligadas ao masculino e ao feminino, são alguns exemplos que mostram a importância da inserção dessas temáticas na educação básica, ressaltando que se essas distinções entre homens e mulheres foram construídas, elas podem ser transformadas com o objetivo de combater as desigualdades de gênero.

Deste modo, esse trabalho tornou-se fundamental também em uma dimensão propositiva, já que seu produto é um caderno de atividades para docentes sobre gênero e feminismos que pode ser utilizado em sala de aula viabilizando e dando suporte teórico e pedagógico para uma discussão sobre tais temáticas gerando empatia, respeito e conhecimento das diferenças, abordando os conceitos deste campo de discussões e a sua aplicabilidade diária nas disciplinas voltadas ao ensino de História. Esse produto é o resultado

da pesquisa com os/as estudantes e professores/as das turmas de nonos anos, que colaboraram para apontar, diante de suas respostas, como que os feminismos podem e devem ser abordados nas aulas de História. A elaboração de um produto final objetiva a propagação do conhecimento gerado durante o desenvolvimento do trabalho, deixando-o de forma acessível para os/as profissionais da educação básica e ofertando um recurso diferenciado do convencional livro didático, a intenção baseia-se em instigar nos/as estudantes, com auxílio do caderno de atividades, a reflexão sobre gênero e feminismos propiciando a desconstrução de estereótipos e a compreensão que o tema não é exclusivo de um grupo, mas um compromisso educacional dos/as professores/as de História, estudantes e comunidade escolar.

### **3.1. Os feminismos nas aulas de História**

A escolha das compreensões e usos dos feminismos em aulas como objeto de pesquisa no ensino de História nas turmas dos nonos do Ensino Fundamental se deve a sua relevância social perante a valorização da igualdade, da liberdade e do respeito aos direitos humanos. Os feminismos são pouco mencionados nos livros didáticos, sendo preciso revisar o que já se tem produzido sobre o tema e inserir textos que contemplem esta temática nos livros e materiais didáticos. Portanto, a pesquisa e o produto final dela visam promover o reconhecimento dos feminismos enquanto movimento social e objeto de estudo no ensino de História, contribuindo para que jovens construam suas concepções de acordo com uma abordagem teórica e científica sobre as relações de gênero, as lutas sociais e políticas de mulheres em desfavor da desigualdade e opressão que ainda persiste em violentá-las.

Para a construção do caderno de atividades foi realizada uma pesquisa com estudantes do nono ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual 31 de março, localizada no município de Juti, interior do estado de Mato Grosso do Sul. A escola é a única da esfera estadual na cidade, criada através do Decreto nº 678 de 05 de maio de 1949, com a denominação de Escola Rural Mista de Instrução Primária. A atual denominação foi legitimada pelo Decreto nº 9.104 de 12 de maio de 1998.

A pesquisa realizada com estudantes e professores/as da Escola Estadual 31 de março foi qualitativa, a qual teve a colaboração de quatorze estudantes, sendo onze meninas e três meninos e de seis docentes, onde cinco são professoras e um, professor. O questionário direcionado aos/as estudantes contava com questões pessoais referentes à idade, ao gênero e a

etnia, questões dissertativas e de múltipla escolha acerca dos conhecimentos sobre gênero e feminismos. Para os/as docentes o questionário levantou perguntas sobre o desenvolvimento dessas temáticas em salas de aulas, diante das propostas pedagógicas lançadas pela BNCC e pelo Currículo de MS, as estratégias e as dificuldades que identificaram/identificam para a execução de planos de aula que contemplem esses temas.

A Escola Estadual 31 de março oferta a modalidade do Ensino Fundamental de nove anos e Ensino Médio nos períodos matutino, vespertino e noturno, sendo que as maiorias de seus estudantes são das áreas rurais e das aldeias Jarara e Takuara. O acesso ao sinal de internet é reduzido, poucos estudantes possuem computadores em casa ou mesmo aparelhos de celular, o que dificultou a aprendizagem no ano de 2020 quando as aulas tornaram-se não presenciais<sup>12</sup>. A coleta de dados com os/as estudantes e professores/as de História das turmas dos nonos anos do Ensino Fundamental ocorreu por meio do envio do questionário online, deixando-os com a escolha de respondê-lo. Quando se trata de realizar uma atividade que não consta no planejamento docente com menores, foi preciso solicitar à direção escolar permissão para a efetuação da pesquisa, sendo enviado a CRE-08/Coordenadoria Regional de Naviraí, documento esclarecendo a intenção da pesquisa, detalhando o tema, objetivos e o instrumento de aplicação.

No questionário, estudantes e professores/as, tiveram a opção de se identificarem, no entanto, nas declarações presentes neste texto, para fins de preservação, faremos a identificação utilizando nomes fictícios e no caso do participante ser estudante, colocamos também a idade.

Passando para as análises das respostas obtidas nas entrevistas, começaremos com as devolutivas dos/as estudantes, a qual a primeira pergunta procurou entender quais informações chegam até eles/elas sobre os feminismos, pois sabemos que as mídias sociais veiculam informações diariamente, influenciando posturas e entendimentos sobre esse movimento. Dessa forma solicitou-se que escrevessem o que já leram ou ouviram sobre os feminismos, onde os estudantes responderam:

---

<sup>12</sup> O governo do Estado de Mato Grosso do Sul publicou o Decreto 15.391 de 16 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense. As aulas tornaram-se não presenciais, tendo que estudantes, pais e professores adaptarem-se as alternativas viabilizadas pela Secretaria de Estado de Educação (SED) para continuar com os estudos de forma remota.



O feminismo é um movimento social e político que busca direitos iguais a todos os membros da sociedade, independente se homem ou mulher (Eloisa 15 anos).

Bom as mulheres feministas já conquistaram muitas coisas como o voto e etc (Ingrid 13 anos).

As mulheres que defende uma a o outra (Caroline. 13 anos).

Sim, vejo muito na internet num aplicativo que as feministas acham que todo homem é machista, mas tem que entende que tem o machista e tem o HOMEM que trabalha pra dar alimento na sua casa na mesa de sua família entt essas feministas tem que entende que nem todo homem é machista (João Eduardo 13 anos).

Pelas declarações observamos que os conhecimentos acerca dos feminismos estão limitados a uma conquista, no caso o voto, e na concepção equivocada que os feminismos são movimentos contra os homens, quando o estudante expõe “tem o machista e tem o homem que trabalha para dar alimento em sua casa” ele está associando o fato de trabalhar e sustentar uma família como não sendo um comportamento machista, o que não há relação, visto que o fato da pessoa trabalhar não inibe atitudes de excluir, menosprezar e violar os direitos das mulheres. O homem pode trabalhar possibilitando uma vida confortável para a sua família e ao mesmo tempo, privar a mulher de direitos ao impedi-la, por exemplo, de estudar, de ter o seu emprego, de sair sem a sua companhia, portanto, falas como essas precisam ser examinadas junto com o/a estudante, por isso é importante o/a docente ter acesso a um material de apoio que colabore com as conversas e forneça informações sobre a temática.

Quando questionados se já estudaram sobre o tema gênero e feminismos em sala de aula e se consideram importante a sua abordagem obtivemos as seguintes respostas:

Sim, porque existe muito machista na escola (Mônica.13 anos).

Sim, eles tem que para de achar que a mulher não pode fazer tal coisa só porque é mulher, eles tem que para de achar que o lugar da mulher é na cozinha, em casa lavando roupa e etc. ISSO NÃO TEM NADA HAVER (Caroline13 anos).

Não, porque não se debate com criança sobre um assunto que é pra mais velhos (João Eduardo13 anos).

Sim é importante, nós devemos estudar sobre feminismos porque tem gente que não sabe o que é isso (Elisangela 15 anos).

Diante das respostas, constata-se que os/as estudantes sabem da importância de conhecer o tema e mesmo para aqueles/as que acreditam não ser um assunto da sua faixa etária, a abordagem em sala de aula traz a proposta de demonstrar que os feminismos devem ser discutidos nos anos finais do Ensino Fundamental com o intuito de desconstruir

paradigmas. Nas duas primeiras respostas, o machismo é enfatizado como agente intensificador das ações que discriminam as mulheres, colocando-as em tarefas que são alheias aos dois gêneros/sexos “o lugar da mulher é na cozinha, em casa lavando roupa”, são falas corriqueiras em nosso cotidiano que necessitam ser abolidas, inclusive como forma de piadas. Quanto a conversar com os/as estudantes um assunto não considerado para a sua idade, os/as professores podem utilizar de exemplos para demonstrar que gênero e feminismos não são assuntos exclusivos de uma idade, iniciando pela análise da própria linguagem, onde por meio da fala pronunciamos muitos modelos de separação de gênero. Neste trabalho, por exemplo, fizemos a tentativa de usar a desinência feminina como forma de destacar a importância do papel das mulheres nas escritas e esse esforço não é atrelado somente a uma faixa etária.

Prosseguimento com este pensamento, a autora Chimamanda Ngozi Adichie aponta em seu livro *Para educar crianças feministas* que os ensinamentos que recebemos durante a infância colaboram para a formação de nossos conceitos, frases que colocam que as atividades domésticas são para as filhas, que cozinhar é requisito das meninas “sabe cozinhar, já pode casar”, destinar o público alvo dos brinquedos, como bonecas e ursos de pelúcia são para meninas enquanto que carros e bolas de futebol são para meninos, são exemplos que delimitam um universo feminino em contraponto a um masculino, onde direitos e deveres são distintos nos dois. A autora enfatiza que a educação das crianças deve voltar-se a ver o ser humano, sem prender-se a diferenciação biológica:

Ensine-lhe sobre a diferença. Torne a diferença algo comum. Torne a diferença normal. Ensine-a não atribuir valor à diferença. E isso não para ser justa ou boazinha, mas simplesmente para ser humana e prática. Porque a diferença é a realidade de nosso mundo. E, ao lhe ensinar sobre a diferença, você a prepara para sobreviver num mundo diversificado. Ela precisa saber e entender que as pessoas percorrem caminhos diferentes no mundo e que esses caminhos, desde que não prejudiquem as outras pessoas, são válidos e ela deve respeitá-los. Ensine-lhe que não sabemos — não podemos saber — tudo sobre a vida. A religião e a ciência têm espaços para as coisas que não sabemos, e isso basta para nos reconciliarmos com esse fato. Ensine-lhe a nunca universalizar seus critérios ou experiências pessoais. Ensine-lhe que seus critérios valem apenas para ela e não para as outras pessoas. Esta é a única forma necessária de humildade: a percepção de que a diferença é normal (ADICHIE, 2017, s/p).

Seguindo com a pesquisa, uma das questões solicitava que assinalassem uma alternativa que se aproximasse da ideia que eles possuem sobre feminismos, tendo três opções: a) um movimento social que defende a igualdade para as mulheres; b) um ato político para que as mulheres não se prendam à padrões fixos de beleza e de comportamento; c)

movimento que defende a superioridade das mulheres. Diante das alternativas, dez estudantes marcaram a opção A, dois a opção B e dois a opção C. Mediante as alternativas assinaladas torna-se importante o desenvolvimento de um trabalho nas escolas que traga a trajetória dos feminismos para as salas de aulas, elencando suas conquistas e reivindicações atuais, dissociando da ideia equivocada de superioridade feminina, colaborando para que estudantes conheçam e compreendam o teor de suas lutas, transformando suas opiniões:

As ações e vivências femininas na história perpassam diferentes espaços culturais, políticos, econômicos, cotidianos, sendo assim, as reflexões na aula de história sobre as mulheres, tem muitos acontecimentos, trajetórias, relações sociais e culturais para serem abordadas. O mesmo pode-se dizer sobre as relações entre homens e mulheres, sobre as diferenças de gênero, sobre os campos de atuação dos diferentes gêneros ao longo da história (ZARBATO, 2015, p. 62).

Para que os/as estudantes conheçam e possam argumentar sobre os feminismos torna-se essencial um trabalho que os envolva e esteja ligado a sua realidade. Como uma das funções do ensino de História é compreender as relações sociais e conhecer os/as sujeitos/as históricos/as, perguntamos se a abordagem do tema seria condizente nas aulas de História:

Sim. É um assunto que envolve bastante debate e aprendizado e eu acho que a disciplina de história se encaixa bastante nesse quesito (Andressa, 14 anos).

Não, porque história é pra falar sobre o passado do que aconteceu (João Eduardo, 13 anos).

Sim, assim todo mundo aprende. Não sei, só sei que todo mundo deve respeitar todos (Caroline 13 anos).

Nesse sentido, a função do/a professor/a em inserir os feminismos em seus planos de aula tornando-se intermediador/a e facilitador/a nos diálogos é fundamental para trocas de ideias sadias e desvinculadas de atitudes machistas que permanecem na educação brasileira. Examinando as respostas, a que enfatiza que a História “é para falar do passado” nos faz pensar a forma como os/as estudantes concebem a disciplina como a leitura de conteúdos que descrevem fatos que já ocorreram, não possuindo uma concepção que a História estuda as transformações dos/das sujeitos/as nas diversas sociedades em diferentes tempos. Podemos estimular com os/as estudantes um debate sobre o que a disciplina analisa, se seus objetos de pesquisa estão somente no passado, se o que está no passado não colabora para o entendimento dos movimentos sociais da contemporaneidade:

Um ensino de história feminista[...], implica uma outra postura da professora ou professor de História, não como uma mera/o docente, mas como um sujeito que foi e é constituído por uma sociedade patriarcal. Implica o questionamento sobre a formação docente e humana, sobre suas formas de pensar e de agir para poder desprender-se de si mesmo em prol de uma pedagogia engajada em que se possa pensar e se colocar na sala de aula com os seus pertencimentos de raça e gênero para, assim, relacionar ensino, currículo e História com o cotidiano e como prática de ressignificação da vida e dos sujeitos (FERRARI; SILVA; SILVEIRA, 2021, p. 11).

Como o processo de ensino baseia-se na elaboração e na troca de conhecimentos e experiências entre os/as agentes que participam, é essencial saber se os/as professores/as já realizam a abordagem das temáticas de gênero e feminismos em suas aulas. Assim, para os/as professores/as o primeiro questionamento referiu-se se o/a docente já trabalhou com essa temática em sala. Para os/as professores/as que responderam “não”, que foram duas professoras e um professor, solicitou-se que escrevessem quais dificuldades observadas para se trabalhar o tema, onde eles destacaram:

O machismo, pois ele ainda é muito presente dentro do espaço escolar, pois a nossa sociedade sendo machista e patriarcal reflete dentro da escola, quando não deixamos de reproduzir preconceitos e estereótipos, como coisas de meninos e meninas (Roberta, professora).

No começo não tinha uma visão clara sobre o tema. Penso que o tema deve ajudar o aluno em seu todo. Trazer a ele uma estrutura que leve-o a encontrar uma felicidade estruturada além de ideologias e modismos (Henrique, professor).

Falta de orientação para desenvolver o trabalho/formação (Márcia, professora).

Estas declarações fortalecem a necessidade de promover o diálogo com os/as estudantes e professores/as visando combater atitudes e ações excludentes nas escolas que geram discriminações e sustentam ideias conservadoras que separam e julgam as pessoas. Nas respostas, observamos que a professora Roberta dá ênfase ao machismo no espaço escolar, nas divisões marcantes entre “coisas de meninos e meninas”, quantos/as professores/as ficam impedidos/as e receosos/as de trabalhar estes temas diante da falta de apoio da direção escolar, dos/as colegas professores/as e dos/as responsáveis pelos/as estudantes. O professor Henrique admite que faltava-lhe um aprofundamento sobre o tema para conduzir um debate com seus estudantes que colaborasse para uma compreensão desligada de concepções efêmeras e tendenciosas, ligando-se ao depoimento da professora Márcia referente a falta de formação sobre o assunto, do acesso a um material de apoio e orientativo para a introdução

dos diálogos sobre gênero e feminismos. Os/As professores/as que já desenvolveram a temática elencaram as dificuldades:

O momento em que os educandos divergem sobre diferentes comportamentos (Gabriela, professora).

Que a sala compreenda a necessidade do estudo de gênero em História. Entender a falta de fontes sobre participação feminina em acontecimentos históricos. Incorporar o tema feminismo sem parecer ideologia e sim direitos (Verônica, professora).

A principal dificuldade é fazer com que os alunos tenham uma compreensão da importância do tema, que não levem o assunto apenas como modismo ou brincadeira e que se envolvam nos debates de forma a se identificarem e colocarem suas experiências de vida, e modificarem pensamentos e atitudes. Ponto positivo é o envolvimento os alunos principalmente os meninos que acabam demonstrando em seus depoimentos e atitudes mudanças de comportamento com mulheres de suas vidas: mães, irmãs e namoradas (Amanda, professora).

No primeiro depoimento evidencia-se uma das inseguranças que atinge o/a professor/a na abordagem destas temáticas, a questão de lidar com os conflitos que podem aparecer nas aulas diante de opiniões divergentes, sem provocar constrangimentos ou causar embates que ultrapassam o domínio da sala de aula. Para isso o/a professor/a precisa ter um preparo e por meio de suas falas colaborar para que os/as estudantes verbalizem suas opiniões sem desrespeitar os/as colegas que não compartilham dos mesmos entendimentos. O espaço da sala de aula deve ser considerado um local de troca de ideias onde prevalece o bom senso e a valorização das experiências diversas. O segundo depoimento também traz questões muito importantes a serem lançadas para os/as estudantes, a falta da presença das mulheres nas narrativas históricas e a trajetória que vem se traçando no sentido de reverter essas ausências, esse direcionamento necessita ser desenvolvido nos debates com os/as estudantes no sentido de analisar os elementos que causaram esse ocultamento da participação feminina dos registros bem como levar a percepção que os estudos sobre gênero e feminismos estão aquém de um posicionamento ideológico, pois os diálogos propostos visam à reflexão e compreensão de que direitos e a representatividade devem ser garantidas a todas as pessoas. Outro ponto que merece ser destacado é a postura do/a professor/a que se desafia a trabalhar com gênero e feminismos, certamente deve se preparar para ser taxado de militante ou o defensor das causas dos Direitos Humanos, dito de maneira a menosprezar quem se compromete a levar para o espaço escolar essas reflexões que possibilitam mudanças nos comportamentos de meninos e meninas. Nesse ponto, a declaração da professora Márcia mostra a importância desses

diálogos, onde os/as estudantes colocam-se no lugar do/a outro/a e pensam como as transformações nas formas de se relacionar geram benefícios para a sociedade, primeiro no seu círculo de relacionamento ao pensar na mãe, irmãs ou namorada, depois essa rede de empatia se amplia, avaliando as injustiças e desigualdades presentes em grupos de mulheres além do seu convívio particular.

No desenvolvimento da aula, o/a docente pode selecionar instrumentos que colaboram para o entendimento e reflexões sobre os feminismos, definindo estratégias que facilitarão no ato de compreender dos/as estudantes, relacionando gênero e feminismos em conteúdos previstos no currículo. Dentre as estratégias aplicadas em sala ou meios a serem usados, os/as professores/as destacaram também alguns conteúdos em que conseguiram inserir esses temas, assim temos:

História indígena. Questão fundiária. Mercado de trabalho. Artistas sul-mato-grossenses (Verônica, professora).

Debates em sala de aula criando uma reflexão sobre o tema. Explicar sobre o que é o feminismo, por que é importante estudar o tema. Mostrar as vertentes dentro do feminismo. Explicar qual é o papel da mulher em outros países e como são tratadas. Não reproduzir estereótipos dentro do ambiente escolar (Roberta, professora).

Leituras de acontecimentos atuais envolvendo a questão de gênero, debates, palestras com pessoas da área, filmes e acontecimentos do cotidiano, principalmente em sala de aula ou na escola em geral (Amanda, professora).

Selecionar textos, filmes, casos reais e promover o diálogo. Realizar atividades de sensibilização (Gabriela, professora).

Procuo informar ao aluno que ele está em período de se conhecer e por isso precisa buscar uma outra cultura, ou seja, algo que pode produzir frutos para si e colaborar com a melhoria do tecido social (Henrique, professor).

Diante dessas respostas, observamos como os feminismos podem ser trabalhados em vários conteúdos, na História indígena conhecendo o papel desempenhado pelas mulheres nas comunidades, o trabalho executado pela mulher do campo e a sua luta pela terra, o índice de mulheres em cargos de chefia associado a análise do nível de escolaridade, a trajetória das artistas sul-mato-grossenses na conquista de seus sonhos e as dificuldades enfrentadas diante de poucas oportunidades para as mulheres. As atividades de sensibilização aparecem como boa alternativa ao criar um ambiente que faça os/as estudantes compreenderem os feminismos sob uma perspectiva diferente, despertando sentimentos ao se colocarem no lugar do outro, vivendo outra realidade. Trazer para as escolas pessoas que defendem as lutas feministas, exibir filmes que abordam o assunto, comparar os direitos e a falta deles nas sociedades

contemporâneas, realizar a leitura de textos atuais, existe um emaranhado de opções para os/as professores/as selecionarem e implantarem em seus planejamentos.

O desenvolvimento de debates sobre os feminismos não se encontra muitos presentes no ambiente escolar, questionamos em quais turmas da educação básica (Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio) é pertinente trabalhar com estes temas:

Ensino Médio, estão num processo de formação de identidade e mais maduros para discutir tais temas (Márcia, professora).

Ensino Médio. Eles estariam em uma fase que entendem mais o valor dos debates e ideias (Henrique, professor).

Com as turmas de sexto e sétimo anos dentro dos conteúdos: Processos de sedentarização, sociedades africanas, ameríndias, gregas e romanas. Sociedade medieval e o apagamento das figuras femininas. E com oitavo e nono ano: Revoluções, Formação de Estados Nacionais, Guerras Modernas e Contemporâneas (Verônica, professora).

Ensino Médio é a turma que mais me identifico e acho que eles estão na fase de discutir e mudar comportamentos. Mas acredito que esse trabalho deve iniciar na educação infantil (Amanda, professora).

É um tema de extrema importância que deve ser trabalhado em todas as turmas (Gabriela, professora).

A partir do nono ano do fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio. Começando com temas sobre empoderamento feminino, a história do movimento feminista, já inserir algumas vertentes e aprofundar o tema no ensino médio (Roberta, professora).

Não teve um consenso sobre qual etapa da educação básica seria mais adequada a abordagem dessa temática, as respostas apontam desde o Ensino Fundamental, séries iniciais e finais até o Ensino Médio, o que é muito positivo, pois mostra que os/as docentes consideram a importância do debate nos espaços escolares. Dos seis professores participantes da pesquisa, três acreditam que o Ensino Médio é a melhor etapa para estes diálogos, onde pontuaram a idade como elemento colaborador e a questão de possuir mais afinidade com este público, o ensino fundamental, anos finais, aparece em duas respostas, com ênfase nos conteúdos que possibilitam a inserção dos temas e, uma professora concebe que gênero e feminismos devem ser trabalhados em todas as turmas. Nesse sentido, introduzir o estudo dos feminismos nas aulas História torna-se fundamental no processo de conscientização, estímulo ao respeito e ao reconhecimento das diferenças.

É importante que professore/as estejam cientes do seu papel em colaborar para que as diferenças entre os/as estudantes sejam reconhecidas. No ambiente escolar nos deparamos

com professores/as que propagam ideias discriminatórias por meio de piadas e falas subentendidas, professores/as que não desenvolvem a temática em sala por sua postura conservadora ou pelo desconforto que receia gerar em sala com esses temas. No entanto, estes assuntos necessitam serem desenvolvidos nas escolas e os/as professores/as de História saírem da elucidação de temas confortáveis e assumirem o compromisso enquanto transformadores/as da sua realidade, promovendo discussões que modifiquem ideias preconceituosas:

Os temas sobre gênero e diversidade sexual ainda são invisibilizados no ensino de história, a presença deles nos livros didáticos é vaga e superficial, incumbindo as professoras a buscarem outros mecanismos ou ferramentas didáticas para dar suporte ao aprendizado das alunas e sanar dúvidas e/ou curiosidades que irão aparecer em sala de aula. O papel do professor no ensino de história está no enfrentamento em sala de aula à violência de gênero, à homotransfobia e a outras diversas formas de opressões; está no respeito a cada voz individual das alunas independente de identidade de gênero, raça, orientação sexual, classe ou religiosidade (SILVA, 2020, p. 58).

Diante da escassez de recursos didáticos para trabalhar com os feminismos nas aulas de História, o caderno de atividades, resultado desse trabalho, traz propostas de atividades a serem aplicadas com os/as estudantes dos nonos anos do Ensino Fundamental, podendo ser adequadas para outras turmas. Parte dessas atividades foram elaboradas com sugestões advindas das respostas dos questionários e em conversas com colegas do Profhistória. Algumas sugestões de atividades ressaltam a cultura do Estado, utilizando detalhes da vida de mulheres que se destacam em Mato Grosso do Sul e são inspirações quando se estuda os feminismos e os enfrentamentos para se construir uma sociedade mais justa, onde prepondere o reconhecimento das diferenças sem inferiorizações diante de sexo/gênero. Espera-se que o caderno elaborado como produto desta pesquisa contribua para a introdução e desenvolvimento dos feminismos no ambiente escolar, corroborando para que os/as docentes conversem sobre o assunto com uma abordagem desapegada de preconceitos.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma de se organizar, de conceber o mundo e de perpetuar ideias são habilidades que os indivíduos transformaram conforme o desenvolvimento das sociedades. O ensino de História mostra que as criações humanas são mutáveis, o que denota a capacidade que os indivíduos possuem de melhorar as suas vidas e das pessoas que os circundam, modificando comportamentos e produzindo reflexões que colaboram para a firmação de uma sociedade com preceitos de igualdade e justiça.

No sentido de promover relações sociais justas e com condições de vivência dignas a todos os integrantes, homens e mulheres se mobilizaram para a conquista de seus direitos. Durante séculos, os homens usufruíram desses direitos e as mulheres ficaram condicionadas aos limites domésticos e a autoridade masculina. A História revela que, apesar dos limites impostos, as mulheres questionaram as leis que determinavam a submissão e os discursos que tentavam justificar a subserviência feminina.

O movimento feminista representa a mobilização das mulheres na luta pelas conquistas de direitos civis, trazendo para o mundo a concepção que todos/as são iguais perante as leis e exigindo que as mulheres tivessem seus direitos garantidos e respeitados. Conforme o movimento foi recebendo mulheres de diferentes grupos sociais, as demandas foram se diversificando e ampliando as reivindicações dos diferentes grupos.

A expansão dos feminismos e as conquistas que as mulheres garantiram por meio da união em torno do movimento tornou-o um importante objeto de análise para a História e para os estudos que tratam das mulheres. O seu aparecimento nos currículos educacionais mostra a importância de desenvolver trabalhos dentro das salas de aulas possibilitando a abordagem sobre a trajetória do movimento feminista, as conquistas garantidas, os questionamentos ligados às diferenciações de direitos entre homens e mulheres bem como a reflexão sobre as informações equivocadas difundidas nas mídias que reforçam uma imagem negativa dos feminismos.

A escola representa o ambiente que as diferenças pessoais entram em confronto, onde estudantes necessitam construir a habilidade de compreender e reconhecer essas diferenças presentes no/na outro/a, formando um convívio de respeito e empatia. Nesse quadro, o/a professor/a torna-se o/a o elemento que age no sentido de firmar diálogos que promovam entendimentos acerca das diversas identidades que se presenciam no espaço escolar,

assegurando um ambiente de reflexões e conduzindo os/as estudantes a se perceberem integrantes de uma sociedade que privilegia a igualdade de direitos entre todos/as.

A intenção neste trabalho foi verificar a compreensão de estudantes e docentes sobre os feminismos e se consideravam importante o desenvolvimento deste tema no ambiente escolar. Para isso, fez-se uma leitura e exposição sobre a categoria gênero, demonstrando a sua ligação com a temática dos feminismos, visto que as desigualdades existentes na sociedade foram e são sustentadas por discursos que colocam como naturais as condições impostas de forma diferente entre homens e mulheres, sendo assim, o estudo sobre gênero veio desconstruir e redefinir novos conceitos, mostrando as desigualdades em torno das relações sociais estabelecidas culturalmente.

Introduzir debates sobre os feminismos no espaço escolar vem confrontar um ensino marcadamente masculino, carregado de pensamentos conservadores que delegam funções para meninos e meninas. Para esses diálogos acontecerem nas escolas, é preciso que o/a professor/a faça uma atualização sobre a temática, visto que a incorporação nos currículos da educação básica não foi no mesmo período da formação acadêmica de muitos/as professores/as. Assim, para não correr o risco de entrar em discussões sem respaldo textual, é fundamental que o/a professor/a realize estudos, selecione matérias, produções fílmicas que versem sobre os feminismos com uma linguagem esclarecedora e assimilável aos/as estudantes.

A definição de materiais e as estratégias para as abordagens em sala de aula são imprescindíveis para a efetivação de diálogos enriquecedores, respaldado por métodos e fontes seguras que colaboram para a compreensão de que os feminismos estão dentre as temáticas a serem desenvolvidas nas aulas de História. As declarações obtidas na pesquisa mostraram a necessidade de inserir debates sobre os feminismos nas aulas, combatendo o preconceito em torno do termo e as falas que desprezam os ideais do movimento. Tanto os/as estudantes como os/as professores/as, e não somente os professores/as de História, necessitam conhecer a trajetória das lutas das mulheres na busca de garantir e assegurar uma sociedade mais justa e com direitos usufruídos da mesma forma pelas pessoas, visando a concretização de formar cidadãos/cidadãs que colaboram para a diminuição das desigualdades sociais.

Assim, promover diálogos e gerar entendimentos sobre os feminismos precisa estar constante nos planejamentos dos/as professores/as e sempre que necessário fazer intervenções nas aulas relatando a presença feminina nos eventos históricos. O intuito é que os/as

estudantes percebam que o conhecimento dessa temática colabora para a identificação de notícias que distorcem os ideais do movimento e que as lutas empreendidas são no sentido de assegurar que as mulheres são sujeitas históricas.

O caderno de atividades desenvolvido a partir deste trabalho traz propostas de abordagens para a sala de aula, focando os feminismos dentro dos conteúdos curriculares do nono ano do Ensino Fundamental. Pensamos em algo prático e que oferecesse um material fácil para os docentes reproduzirem em suas aulas. Como professora de História do ensino fundamental e médio ao selecionar materiais diversificados sobre temas atuais, como os feminismos, deparava-se com muitos textos acadêmicos e sem sugestões de aplicabilidade com os estudantes da educação básica, assim a construção do caderno focou na elaboração de textos pequenos e fáceis de compreensão a serem utilizados como ferramentas pedagógicas de introdução ao tema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**. Editora Schwarcz: São Paulo, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRABO, Tânia. Suely Antonelly Marcelino. **Educação e democracia: o papel do movimento feminista para a igualdade de gênero na escola**. EX Aequo (Oeiras), v. n.17, p. 155-165, 2008.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 271-289, 2019.

COLLING, Ana Maria. Gênero e História. Um diálogo possível: IN: **Contexto & Educação**. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 1., 2010, Brasília, DF. CONAE: Construindo o Sistema Nacional Articulado: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. **Documento de Referência**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento\\_referencia.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf)>.

COUTO, Maria Aparecida Souza; CRUZ, Maria Helena Santana. Inserção de Gênero no Currículo de História e a Formação para o Trabalho Docente. **Tempos e Espaços em Educação - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS**. São Cristóvão, p. 249 - 262, 20 set. 2017.

Currículo de referência de Mato Grosso do Sul: educação infantil e ensino fundamental / Organizadores Helio Queiroz Daher; Kalícia de Brito França; Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral. Campo Grande: SED, 2019. (Série Currículo de Referência; 1).

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

DINIS, N.; LUZ, A. A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar em Revista [online]**. 2007, n.30 [Acessado 28 Março 2022], pp. 77-87. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602007000200006>>. Epub 27 Ago 2008. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602007000200006>.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feministas, negro, LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-22, 2020.

FERRARI, Anderson; SILVA, Bianca Marlene da; SILVEIRA, Samara Souza. Por um ensino de história feminista. **Revista Educação em Foco**, v.26, Juiz de Fora, 2021.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro.** São Paulo: Perspectiva, 2019.

JUNQUEIRA, R. D. A educação frente à diferença/diversidade sexual. **Educação: Teoria e Prática**, v. 23, n. 44, p. 162-181, 16 dez. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.** Pro-Posições (Unicamp), v. 19 (2), p. 17-23, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução.** Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 101-132, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma educação pós-estruturalista.** 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 3.ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MARQUES, Ana Maria; ALBUQUERQUE, Ana Carolina do Nascimento. **Mulheres e a história aprendida nos livros didáticos: análise de coleções didáticas.** Fronteiras, [S.l.], v. 22, n. 39, p. 124 - 144, abr. 2020. ISSN 2175-0742. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/12573/6057>>. Acesso em: 27 jun. 2021. Doi:<https://doi.org/10.30612/frh.v22i39.12573>.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Rev. Estud. Fem. [online]**. 2008, vol.16, n.2, pp.333-357. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200003>.

MELLO, Soraia Carolina de. Pensando questões de gênero para a História das mulheres. In: **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente.** Florianópolis: UDESC, 2011. Disponível no <https://www.culturaegenero.com.br/wp-content/uploads/2018/02/MELLO.-Pensando-quest%C3%B5es-de-g%C3%AAnero-para-a-Hist%C3%B3ria-das-mulheres.pdf>. Acessado em 12/08/2020.

MELLO, Soraia Carolina de. Por que os estudos feministas são importantes? (Artigo). In: **Café História – história feita com cliques.** Publicado em 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-que-os-estudos-feministas-sao-importantes/>.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** 3 edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP, 2017.

NICHINIG, Claudia Regina. Os estudos de gênero revolucionaram a história? algumas provocações a partir do Ensino de História. **Revista do Programa de Pós-Graduação em educação**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 49.1, p. 25-48, Dossiê Especial, 2019.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** (Tradução Viviane Ribeiro). Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2019.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. IN: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.9, n.18, ago-set. 1989, p.09-18.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas.** Florianópolis, 17(1): 159-189, janeiro-abril/2009.

PRECIOSO, Daniel. História das mulheres e das relações de gênero no Brasil: pressupostos, objetos e fontes. **Revista de História da UEG.** Quirinópolis, v. 2, p. 1-9, 2016.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. IN: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs). **Masculino, Feminino, Plural.** Florianópolis: Ed. Mulheres, p.1-17, 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres o Brasil.** São Paulo: Contexto, p. 333-359, 2018..

SANTOS, Silvana Mara Moraes. OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálisys.** Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11 a 19 jan./jun. 2010.

SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu,** Campinas, v. 16, p. 31-48, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** (Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife: SOS Corpo, 1991.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1999.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. As estratégias do uso do Gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. **Revista Eletrônica Trilhas da História,** v. 4, p. 49-65, 2015.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – CARTA AO DIRETOR



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE AMAMBAI



MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

Prezado(a) **Marcos Giovane de Souza Heidercheidt**  
Diretor da Escola Estadual 31 de março

Dirigimos a Vossa Senhoria para sondar a possibilidade de autorização para realização de uma pesquisa sobre a temática Ensino de História, Gênero e Feminismo, com o objetivo:

- Verificar a importância do ensino de História na formação de alunos críticos/ comprometidos com o respeito à diversidade por meio dos debates de temas importantes na contemporaneidade.

Esta pesquisa está sendo conduzida pela professora **Gisele da Silva Campos** docente do Mestrado Profissional em Ensino de História sob a orientação da professora **Dr. Anna Carolina Horstmann Amorim**.

Esta pesquisa será desenvolvida por meio de um questionário on line disponibilizado por link aos estudantes visando obter dados a serem utilizados no projeto de pesquisa, salientando que não haverá identificação pessoal dos alunos.

Gostaríamos de solicitar a autorização para que a professora disponibilize o link do questionário aos estudantes dos nonos anos A e B para que, de forma espontânea, os mesmo colaborem com a pesquisa.

Finalizando queremos reforçar nosso compromisso e disponibilidade para retornar com a divulgação dos dados através de uma palestra em data oportuna a ser combinada com a direção da escola, ou ainda sanar qualquer dúvida relativa a pesquisa através do contato : **giselescamos@hotmail.com**

Agradecemos pela cordialidade em receber a professora Gisele da Silva Campos que estará intermediando nosso contato e a coleta de dados desta pesquisa.

## ANEXO 2 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR A PESQUISA



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
**ESCOLA ESTADUAL 31 DE MARÇO**

RUA PRESIDENTE EPITÁCIO Nº 480 - FONE (67) - 3463-1135 - JUTI/MS - CEP 79955-000  
E-mail: ee31demarco@sed.ms.gov.br

ESCOLA ESTADUAL 31 DE MARÇO  
Ensino Fundamental e Ensino Médio  
Fone: (67) 3463-1135  
E-mail: ee31demarco@sed.ms.gov.br  
R. Presidente Epitácio, 480- 79955-000 - Juti/MS

### AUTORIZAÇÃO

Eu, Marcos Giovane de Souza Heidercheidt, diretor da EE 31 de Março, autorizo a realização da pesquisa on line com os alunos desta unidade escolar sobre a temática - Ensino de História, gênero e feminismo, conduzida pela professora Gisele da Silva Campos docente do Mestrado Profissional em Ensino de História – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Amambai – MS, sob a orientação da professora Dr. Anna Carolina Horstmann Amorim.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Juti – MS, 16 de dezembro de 2021.

*Marcos Giovane de Souza Heidercheidt*  
Marcos Giovane de Souza Heidercheidt  
Res. Tº SED nº 965 de 25/03/2020  
Diretor



## ANEXO 3 –QUESTIONÁRIOS PARA OS ESTUDANTES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE AMAMBAI



MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

FORMULÁRIO DE PESQUISA COM ALUNOS DOS NONOS ANOS-ENSINO  
FUNDAMENTAL  
PESQUISA PARA DADOS DO MESTRADO  
TEMA: ENSINO DE HISTÓRIA, GÊNERO E FEMINISMO

**Idade:**

**Raça/etnia:**

- branco                       pardo  
 negro                          oriental  
 indígena

**Sexo**

- Feminino                       masculino

**Mora com a família?**

- Sim     Não

**Quantas pessoas moram na casa?**

---

**Escreva o que você já leu ou ouviu sobre feminismo.**

---



---

**Você já estudou em sala de aula sobre gênero e feminismo?**

- Sim  
 Não

**Para você o tema é importante para ser debatido com os estudantes? Por quê?**

---

---

---

**Assinale a opção que mais se aproxima da sua ideia sobre feminismo:**

- a) Um movimento social que defende a igualdade para as mulheres.
- b) UM ato político para que as mulheres não se prendam a padrões fixos de beleza e de comportamentos.
- c) Movimento que defende a superioridade das mulheres.

**Para você um homem pode ser feminista?**

- a) De jeito nenhum.
- b) Homens podem apoiar a causa feminista desde que não roubem o protagonismo e o espaço de fala das mulheres.
- c) Um homem pode ser feminista e uma mulher pode ser machista.

**Você acha que a disciplina de História é a melhor para debater tal tema? Por quê?**

---

---

---

## ANEXO 4 - QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE AMAMBAI



MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

**FORMULÁRIO DE PESQUISA COM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
PESQUISA PARA DADOS DO MESTRADO  
TEMA: ENSINO DE HISTÓRIA, GÊNERO E FEMINISMO**

Nome: (opcional) \_\_\_\_\_

**01) Você já trabalhou sobre as temáticas de gênero e feminismo em sala de aula?**

\_\_\_\_\_

**02) Se já trabalhou, quais dificuldades teve em sala de aula em promover o debate? O que foi produtivo?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**03) Caso não tenha trabalhado, quais obstáculos você observa para a abordagem desses assuntos?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**04) O currículo de Mato Grosso do Sul traz entre os temas contemporâneos a questão de gênero. Quais estratégias você utilizaria em sala de aula para desenvolver a temática?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

---

**05) Quais turmas você considera pertinente trabalhar com estes temas? Por que?**

---

---

---

---

---

**Obrigada pela sua colaboração!**

## ANEXO 5 - CADERNO DE ATIVIDADES



ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM

GISELE DA SILVA CAMPOS

# FEMINISMOS EM SALA DE AULA

**CONTRIBUIÇÕES  
PARA DOCENTES DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA**



VAMOS DESCONSTRUIR  
VISÕES DISTORCIDAS?

## *Sobre os feminismos*

Quando desenvolvemos em sala de aula discussões sobre as relações de gênero, feminismos e a história das mulheres estamos entrando em um terreno pouco discutido com os estudantes. Que tal mudar isso?

Este caderno de atividades foi elaborado pensando em ações práticas para que você professor/a possa introduzir nas aulas de história a abordagem sobre os feminismos e contribua para a desconstrução de estereótipos perpassados aos longos dos anos.

As sugestões de atividades são orientativas, podendo o/a professor/a usar a criatividade e adequá-las conforme o perfil dos estudantes. Esperamos que este material colabore com seu planejamento.

Os feminismos referem-se as lutas das mulheres por representatividade nas mais diversas áreas. Se hoje temos a presença feminina em locais públicos, deve-se as ações empreendidas por mulheres que questionaram as suas posições nas sociedades.



Direito à educação: no século XIX as mulheres foram autorizadas a ingressarem nas escolas e cursarem a escola primária. Sim, você leu corretamente, "autorizadas".



O direito ao voto foi garantido pelo Código eleitoral brasileiro em 1932, recente né? Conquistado graças aos movimentos feministas que lutaram pelos direitos políticos das mulheres, de votarem e serem eleitas.

## O QUE SÃO OS FEMINISMOS?

*Equiparidade, respeito, reconhecimento.*

Na década de 1960 foi criada a pílula anticoncepcional, promovendo escolhas para as mulheres referente à gestação.



Os feminismos trouxeram a oportunidade das mulheres avançarem no mercado de trabalho executando profissões diversas.







## *Você conhece as ondas do movimento feminista no Brasil?*

Você sabia que as mulheres se organizavam em um movimento que possui uma trajetória? A história do movimento feminista no Brasil é conhecida pelas três ondas. Hoje existe a defesa de uma quarta onda. Vamos conhecê-las.

A primeira onda está ligada aos direitos pela cidadania e no exercício da vida pública. As sufragistas são as grandes representantes desta fase.

A segunda onda promoveu lutas quanto à liberdade sexual e autonomia da mulher no contexto familiar.

A terceira onda traz a pluralização do movimento, demonstrando a diversidade de mulheres que o compõem: negras, lésbicas, periféricas. Novas questões são abordadas como a discriminação e a violência.

Muitas feministas defendem a existência de uma quarta onda, vinculada aos debates sobre padrões corporais, feminicídio e assédio.

“EU NÃO TEREI A MINHA VIDA REDUZIDA. EU NÃO VOU ME CURVAR AO CAPRICHOS OU À IGNORÂNCIA DE OUTRA PESSOA.”.

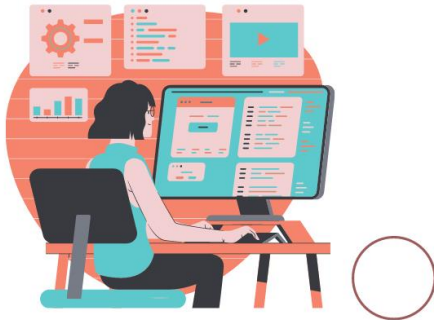
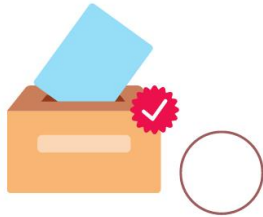
bell hooks, escritora norte-americana

## RELAÇÃO CONTEXTO E IMAGEM

Cada figura está ligada  
a uma das ondas do  
movimento feminista.

**Relacione-as.**

- 01 Primeira onda
- 02 Segunda onda
- 03 Terceira onda
- 04 Quarta onda



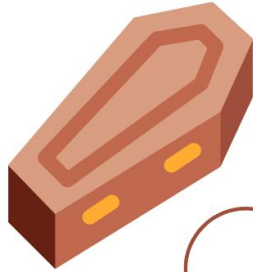
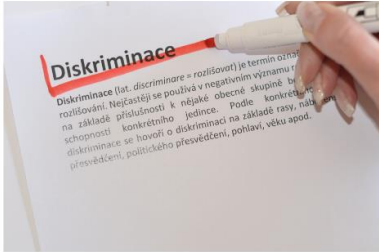
“Meu recado às  
mulheres: contem suas  
histórias. Descubram o  
poder de milhões de  
vozes que foram  
caladas por séculos.”

*Ryane Leão,  
poeta brasileira*



**"É IMPORTANTE LEMBRAR A ESSAS GAROTAS O QUÃO VALIOSAS ELAS SÃO. EU QUERO FAZÊ-LAS ENTENDER QUE UMA SOCIEDADE É MEDIDA PELA FORMA COMO SUAS MULHERES E MENINAS SÃO TRATADAS".**

Michelle Obama, advogada norte-americana



"EU DECIDI QUE NÃO HÁ NADA DE ERRADO EM SE CONSIDERAR FEMINISTA. ENTÃO, EU SOU UMA FEMINISTA E TODAS NÓS DEVERÍAMOS SER FEMINISTAS, PORQUE FEMINISMO É UMA OUTRA PALAVRA PARA IGUALDADE."

*Malala Yousafzai, ativista paquistanesa*

## Mulheres inspiradoras de Mato Grosso do Sul

**Helena Meireles**, nascida em 1924 no município de Bataguassu, representa a coragem e audácia em tempos que as mulheres sofriam muitas limitações na vida pessoal e profissional. Aprendeu a tocar violão com seu tio e na adolescência fugiu de casa para dedicar-se a sua arte. Sua família considerava uma atividade estritamente masculina apresentar-se tocando o violão.

Helena não fugiu totalmente de imposições colocadas pelas convenções sociais; casou-se aos 17 anos por imposição dos pais. Realize uma pesquisa sobre a vida desta notória mulher, fazendo uma reflexão de como cada conquista representou um avanço carregado de significado para outras mulheres.



**“EU SÓ QUERIA SER EU!  
EU SOU DONA DO MEU  
NARIZ E DA MINHA  
DIREÇÃO.”**

**Teresinha Maria Miranda Espindola** nasceu em 11 de março de 1954, em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. É cantora, musicista e compositora.

Cresceu em uma família com veia artística, dos oito irmãos, sete são artistas. Aprendeu a tocar violão com um de seus irmãos. Aos 14 anos ganhou um festival em Campo Grande com uma música de autoria de seu irmão Geraldo, "Sorriso".

Buscando maiores oportunidades, Tetê e seus irmãos foram para São Paulo onde conseguiram contrato com uma gravadora, mudando o nome do grupo de "LUZ Azul" para "Tetê e o Lírio Selvagem".

Em 1985 ganhou o Festival dos Festivais da Rede Globo com a música "Escrito nas Estrelas" ganhando destaque nacional e internacional. Sua voz marcante recebeu o apelido de "pássaros na garganta".

## **Interpretando a música**

### **Mulher o suficiente**

Eu não sou mulher suficiente  
Pra ser sua mãe, filha, irmã  
Ser sua tia, nem ser sua parente  
Sou só um ente vivente  
Com sentidos, boca, olhos e ouvidos  
Bem vividos e já não me iludo mais

Eu não sou mulher que fique contente  
Com algum presente, com o aparente  
Com quem não se faz presente  
Sou uma pessoa e sou capaz de ser mais que isso  
De ser sua e algo mais  
Mas é feitiço que te satisfaz  
Então mulher, mais que pessoa  
Posso te dizer numa boa  
Só sou mulher o suficiente  
Quando faço amor com gente.

- A canção traz reflexões sobre o que basta ou não para ser mulher. Discuta com seus colegas e escreva o que para a sociedade é ser uma mulher suficiente.



Silhouette Von Schönen Mädchen Singen In Mikrofön Profil Der Jungen Frau Gesicht  
Durchführung Lyrischen Lied Auf Weiß Isoliert Stockfoto und mehr Bilder von Singen  
- iStock (istockphoto.com)

**"TEMOS A PERMISSÃO  
DE SER EXATAMENTE  
QUEM SOMOS."**

NINA SIMONE, pianista, cantora e  
compositora norte-americana



LEI 11.340/2006

# Lei Maria da Penha

Venha conhecer a história por trás da lei  
que trouxe amparo à mulher vítima de  
violência

Maria da Penha conheceu Marco Antonio Heredia Viveros, colombiano, quando estava cursando o mestrado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1974.

Casaram-se e tiveram três filhas. As agressões começaram a ocorrer após Marcos conseguir a cidadania brasileira, mostrando-se com raiva e intolerância com a esposa e as filhas.

Em 1983 Maria foi vítima de tentativa de feminicídio, situação em que levou um tiro nas costas enquanto dormia, ficando paraplégica, carregando outras complicações físicas e traumas psicológicos.

No entanto, Marco Antonio declarou à polícia que tudo não havia passado de uma tentativa de assalto, versão que foi posteriormente desmentida pela perícia. Quatro meses depois, quando Maria da Penha voltou para casa – após duas cirurgias, internações e tratamentos –, ele a manteve em cárcere privado durante 15 dias e tentou eletrocutá-la durante o banho.

Com a colaboração da família e apoio jurídico Maria conseguiu sair de casa sem configurar abandono de lar, mantendo assim o direito de guarda sob as filhas.

O primeiro julgamento ocorreu em 1991, onde o agressor foi condenado à 15 anos de prisão, porém com recursos feitos pela defesa, ficou em liberdade. Em 1996, no segundo julgamento Marcos foi condenado a 10 anos e 6 meses de prisão, mas novamente não cumpriu a sentença.

Em 1998 o caso ganhou repercussão internacional, sendo denunciado para Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Em 2001 após receber quatro ofícios da CIDH/OEA (1998 a 2001) o Estado foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras.

Diante da falta de medidas legais e ações efetivas, como acesso à justiça, proteção e garantia de direitos humanos às vítimas de violência doméstica, em 2002 foi formado um Consórcio de ONGs Feministas para a elaboração de uma lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Após muitos debates no Poder Legislativo, foi aprovada e sancionada a Lei 11.340 em 06 de agosto de 2006.

Considerando que uma das recomendações da CIDH foi reparar Maria da Penha tanto material quanto simbolicamente, o Estado do Ceará pagou a ela uma indenização e o Governo Federal batizou a lei com o seu nome como reconhecimento de sua luta contra as violações dos direitos humanos das mulheres.



## TRABALHANDO COM O TEXTO

Maria da Penha lutou contra a violência que sofria em casa e com a justiça para que seu agressor fosse punido. Foram muitos anos para que seus direitos e sua proteção fossem garantidas. Já pensou quantas mulheres brasileiras passam por situações semelhantes? Quais ações você considera essenciais para que diminua a violência contra as mulheres?

### Tipos de violência

Estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher na Lei Maria da Penha: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial – Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V.

**Relacione as colunas, conforme o seu conhecimento dos tipos de violência:**

- (a) Violência física
- (b) Violência psicológica
- (c) Violência moral
- (d) Violência sexual
- (e) Violência patrimonial

( ) Trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

( ) É considerada qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

( ) Entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher.

( ) Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.

( ) É considerada qualquer conduta que: cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher.



**PRECISAMOS SER CRIADAS  
PARA A LIBERDADE. O  
MUNDO É GRANDE DE MAIS  
PARA NÃO SERMOS QUEM A  
GENTE É.**

ELZA SOARES, cantora e compositora brasileira

# CAÇA-PALAVRAS

VAMOS ENCONTRAR PALAVRAS VINCULADAS AOS FEMINISMOS.

## Feminismos

As palavras deste caça palavras estão escondidas na horizontal, vertical e diagonal, sem palavras ao contrário.

H H D F T U A G Ê N E R O P O W N F E O T F  
 U U L L I B E R D A D E D E E S C O L H A S  
 S E F C T R E C O N H E C I M E N T O D O N  
 E E D I T C A S H M O U T O R U E T D T F I  
 I E E E R I O U E I O L D S O S N E M T E E  
 O L T N T M E F D N S T N O Y O R I R D M I  
 H E R E H E R R E N R T E N M D G G U N I M  
 N T E O E M T A H Q I A Ó U E N A C S O N S  
 A S S Q B Ó A G T C D T L R O I A W O O I E  
 W O P G U R N I E O E H D J I Ç E E T I S I  
 U Y E D S I F S A I E Y R L ã A H R E T M E  
 E I I T E A D T A R R T L O D T W D S P O A  
 S D T P T S T A E A A D T I S I W T L I S A  
 L T O S E K E S D E R T R S F T N O I S S O  
 E M P O D E R A M E N T O H N R D F O A I E  
 N G A M O V I M E N T O S S O C I A I S T T

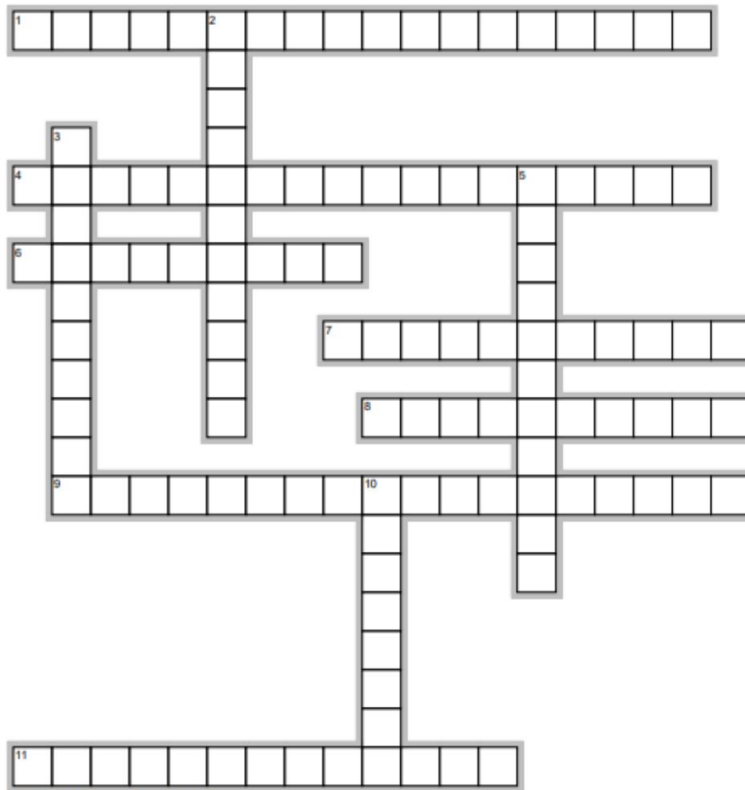
feminismos  
 empoderamento  
 reconhecimento  
 respeito  
 equidade  
 história

educação  
 sufragistas  
 mulheres  
 liberdade de escolhas  
 memórias  
 movimentos sociais  
 gênero

"QUANDO UMA MULHER  
 DE LUTA MORRE, TODAS  
 NÓS MORREMOS UM  
 POUCO COM ELA".

## Palavras cruzadas

Gisele Campos



EclipseCrossword.com

### Horizontal

1. Direito e busca por reconhecimento e reparação de discriminações históricas.
4. protege a mulher vítima de violência.
6. Repulsa, desprezo ou ódio contra as mulheres.
7. Homicídio praticado pelo fato da vítima ser uma mulher.
8. Comportamento de não julgar outras mulheres e, ainda, ouvir com respeito suas reivindicações.
9. Filósofa que eternizou a frase: não se nasce mulher, torna-se mulher.
11. Referência à tomada de consciência do poder que as mulheres ostentam individual e coletivamente.

### Vertical

2. Defendiam o estabelecimento do voto às mulheres.
3. Movimento social e político que luta pelos direitos das mulheres.
5. Sistema sociopolítico no qual o machismo se baseia.
10. respeito a igualdade de direitos.

Recusar à mulher a  
igualdade de direitos  
em virtude do sexo  
é denegar justiça  
a metade da população.

BERTHA LUTZ, BIÓLOGA,  
EDUCADORA, DIPLOMATA E  
POLÍTICA BRASILEIRA

## JOGO DE TABULEIRO

### Instruções

- Participantes: 2 à 4;
- Objetivo: percorrer as casas do tabuleiro conforme o número que os/as jogadores/as tirarem ao lançar o dado em uma superfície. Cada casa possui uma mensagem, se acaso cair em uma casa que não possua ordens de avanço ou retorno, permaneça no local.
- O/A jogador/a que avançar a última casa, vence.
- Imprima o jogo com tinta colorida, organize dados, pinos ou botões para representar os jogadores. Divirtam-se!

**O MEU TEXTO É UM LUGAR  
ONDE AS MULHERES  
SE SENTEM EM CASA.**

CONCEIÇÃO EVARISTO, romancista, poetisa e  
escritora brasileira





## Trabalhando com propagandas.

Para garantir as vendas de seus produtos as propagandas usam muitos artifícios para chamar a atenção do consumidor. Abaixo, selecionamos algumas propagandas que foram criticadas pela mensagem machista que propagavam.

Mas afinal, o que é o machismo?

Na definição mais simples e objetiva que encontramos em qualquer dicionário, machismo corresponde ao comportamento que rejeita a igualdade de condições sociais e direitos entre homens e mulheres.



Uma boa bateria é que nem uma boa mulher:  
dificilmente a gente troca.



Da próxima vez que você trocar a bateria, troque por uma que tenha a garantia da Saturnia. Nunca mais você vai querer trocar por outra.

**SATURNIA**  
Heliar SATURNO  
Willard Exide  
VARTA

Empregada doméstica: R\$ 800,00	Babá: R\$ 1.300,00	Cozinheira: R\$ 1.000,00
Psicóloga: R\$ 1.600,00	Enfermeira: R\$ 4.000,00	Motorista: R\$ 2.000,00

**Casar com uma mulher que não cobra NADA disso, não tem preço!**



Like Comment

MINILIANO



SEMANA  
DA  
*mulher*

Tenha mais tempo livre

**OFERTAS ESPECIAIS**

Desconto de R\$ 910,00 à vista

Lava & Seca Eco Bubble 8,5  
Samsung



É PELO CORPO  
QUE SE RECONHECE  
A VERDADEIRA NEGRA.

DEVASSA NEGRA. ENCORPADA,  
ESTILO DARK ALE. DE ALTA FERMENTAÇÃO,  
CREMOSA E COM AROMA DE MALTE TORRADO.

BEBA COM MODERAÇÃO.

## Ressignificando as imagens

Escolha uma das propagandas e a reformule atribuindo um novo significado, use sua criatividade para mostrar que as mulheres romperam com estas representações expostas nas propagandas.

## Produções fílmicas

O mundo cinematográfica oferece muitos filmes, desenhos e documentários que trabalham com a valorização da mulher, combate as discriminações e retratam histórias envolventes e inspiradoras. Sugerimos algumas dicas de filmes e como inserí-los em suas aulas.



O filme contempla várias temáticas, dentre elas, o protagonismo feminino e a luta das mulheres negras no mercado de trabalho. O enredo concentra-se na década de 60, contando a história de três engenheiras da NASA que enfrentam diariamente as discriminações em um trabalho predominantemente masculino e branco. Adiciona-se ao contexto a corrida espacial e os conflitos sociais diante da segregação racial presente nos Estados Unidos (2016).



O filme aborda o conflito de ideais de jovens estudantes ao receberem em sua escola uma professora de artes que traz questionamentos sobre as funções desempenhadas pelas mulheres na sociedade, a igualdade de direitos e a liberdade de escolha. A postura da professora se contrapõe ao ensino tradicional da escola (2003).



Drama autobiográfico da física e química polonesa Marie Curie, mostrando as dificuldades em conseguir apoio para suas experiências pelo fato de ser mulher (2019).



Conta a história da pintora Margaret Keane que teve suas obras apropriadas pelo seu marido durante anos, que recebia os créditos e a fama pela pintura (2004).



No século XX as mulheres não possuíam o direito ao voto. Muitas manifestações ocorreram na Inglaterra, onde uma jovem mulher passa a se identificar com as ideias do movimento feminista e empreende uma batalha na luta pela igualdade de direitos, enfrentando o preconceito e a opressão de sua família e da sociedade (2015).



Documentário que retrata a segunda onda do movimento feminista no Brasil entre a década de 70 e 80, abordando a supressão dos direitos civis e a participação das mulheres frente à ditadura militar (2017).

### **Outras sugestões;**

- O feminismo é para todo mundo; Políticas arrebatadoras, bell hooks
- Sejamos todos feministas, Chimamanda Ngozi Adichie
- YouTube: Por que você precisa do feminismo?, da Capricho.
- YouTube: Movimento feminista no Brasil, do Politize!
- YouTube: Novas formas de pensar o feminismo negro, da Casa do Saber.

“Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la.”

## Outra semente que jogamos na terra fértil...

As transformações que desejamos no ambiente escolar quanto ao enfrentamento de preconceitos, o reconhecimento das diversidades e o respeito às diferenças de gênero começam a ocorrer quando nós, docentes, temos a convicção que essas temáticas precisam ter visibilidade nas salas de aula. Muitas vezes enfrentaremos posturas conservadoras e discursos que reforçam os estereótipos que combatemos, no entanto, não podemos permitir que tornem-se fatores que nos façam retroceder no enfrentamento das discriminações de gênero.

A elaboração desse material foi fornecer sugestões rápidas para que docentes possam trabalhar e desenvolver debates com os/as estudantes sobre os feminismos, inserindo as várias conquistas que o movimento feminista garantiu e abrir caminhos para novas discussões sobre a participação e lutas das mulheres na atualidade.

Esperamos que com este material os docentes promovam em suas aulas debates que conduzam à reflexões sobre as desigualdades de gênero que ainda permeiam a nossa sociedade contribuindo para a formação de um ambiente onde prepondere o respeito, a empatia e o reconhecimento das diferenças.